



**DANIELA FILIPA
NEVES DOS SANTOS**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA CCDRC-
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO DO
USO DO SOLO**



**DANIELA FILIPA
NEVES DOS SANTOS**

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO NA CCDRC-
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO DO
USO DO SOLO**

Relatório de Estágio apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Planeamento Regional e Urbano, realizada sob a orientação científica do Doutor José Manuel Gaspar Martins, Professor auxiliar do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro

“Se vi mais longe, foi por estar de pé sobre ombros de gigantes”.
Isaac Newton

À MINHA MÃE

o júri

Presidente

Prof. Doutor Paulo António dos Santos Silva
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Artur da Rosa Pires
professor catedrático da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor José Manuel Gaspar Martins
professor auxiliar da Universidade de Aveiro

agradecimentos

Agradeço imenso a todos os elementos que compõem a equipa da Divisão de Gestão Territorial na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, especialmente à minha orientadora de estágio, à Engenheira Lurdes Abrunhosa pelos ensinamentos e conhecimentos transmitidos, também aos engenheiros Luís Monteiro e Eugénia Matias e ao geógrafo Vitor Duarte. Agradeço ainda ao meu orientador, professor Doutor José Manuel Martins pela atenção prestada na realização deste Relatório de Estágio.

À minha família que sempre me apoiou e acompanhou em todo o meu percurso escolar, especialmente à minha Mãe que esteve sempre ao meu lado.

Finalmente a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a minha aprendizagem e formação académica.

palavras-chave

CCDRC, SIRJUE, Gestão Territorial, Ordenamento do Território, Gestão do Uso do Solo, REN, Servidões e Restrições

resumo

O presente relatório, concretizado no âmbito do Mestrado de Planeamento Regional e Urbano, surge no término do Estágio realizado na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro e demonstra as competências adquiridas no decorrer do mesmo. Inicialmente é realizada uma caracterização da Entidade de Acolhimento, mais especificamente a sua área de atuação e estrutura organizacional. Posteriormente é dado um enquadramento teórico sobre o Ordenamento do Território e Gestão do Uso do Solo, dando enfoque às servidões e restrições de utilidade pública, referenciando a Reserva Ecológica Nacional; referem-se ainda entidades que regulam o Uso do Solo e sua legislação condicionante. Numa fase posterior é evidenciado o Sistema Informático do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (SIRJUE), foco principal deste estágio. Finalmente procedeu-se ao levantamento, tratamento e análise de dados recolhidos do SIRJUE, assim como as vantagens do mesmo. É ainda apresentado um balanço e considerações finais.

keywords

CCDRC, SIRJUE, Land Management, Planning, Management and Land Use, REN, Easements and restrictions.

abstract

This report, brought under the Master Degree on Regional and Urban Planning, comes at the end of a practice period held in the Coordination Commission for Regional Development of the Center Region and demonstrates the skills acquired in the course of it. A characterization of the Hosting Entity, specifically its area of operation and organizational structure is performed. A theoretical framework on Spatial Planning and Management and Land Use is initially given, with focus on public utility restrictions, referencing the National Ecological Reserve; entities that regulate the use of the territory and its conditioning legislation are also referred. At a later stage the Information System of the Legal Framework of Urbanization and Construction (SIRJUE) is analyzed as the main focus of this report. Finally we present the collection, processing and analysis of the data assembled from SIRJUE, as well as the advantages of the system. An assessment and final considerations are also presented.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	18
CAPITULO 1- CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO	20
1.1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro	20
1.2 Área de Atuação	20
1.3 Estrutura Organizacional	21
1.3.1 Direção de Serviços de Ordenamento do território (DSOT)	22
1.3.1.1 Divisão de Gestão Territorial (DGT).....	23
CAPITULO 2 - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO DO USO DO SOLO	25
2.1 Gestão e Uso do Solo	25
2.2. Operações Urbanísticas	25
2.2.1 Servidões e Restrições	26
2.2.1.1 Reserva Ecológica Nacional	27
CAPÍTULO 3- SISTEMA INFORMÁTICO DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO (SIRJUE)	30
3.1 Entidades que regulam o uso do solo	32
3.1.1 Legislação específica.....	34
3.1.2 CCDDR enquanto Entidade Externa	41
CAPITULO 4- LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS	47
4.1 Dados ano 2013	47
4.1.1 Tratamento de dados ano 2013	52
4.2 Dados 2008-2013.....	59
4.2.1 Tratamento de dados estudo 2008-2013	64

4.3 Análise SWOT do Sistema Informático do Regime Jurídico de Edificação e Urbanização (SIRJUE)	77
CAPÍTULO 5 - BALANÇO E CONSIDERAÇÕES FINAIS	79
BIBLIOGRAFIA.....	80
ANEXOS.....	83

LISTA DE ABREVIATURAS

ANA - Aeroportos de Portugal
ANACOM - Autoridade Nacional de Comunicações
APA - Agência Portuguesa do Ambiente
ARH - Administração da Região Hidrográfica
CCDR - Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CCDRC - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CCR - Comissões de Coordenação Regional
CDOS - Autoridade Nacional da Protecção Civil
CN - Conservação da Natureza
DGADR - Direcção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Regional
DGAL - Direcção Geral das Autarquias Locais
DGEG - Direcção Geral de Energia e Geologia
DGPC - Direcção Geral de Património Cultural
DGT - Divisão de Gestão Territorial
DRAPC - Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro
DRC - Direcção Regional da Cultura
DRCC - Direcção Regional de Cultura do Centro
DRE - Direcção Regional da Educação
DSOT - Direcção de Serviços de Ordenamento do Território
EAC - Entidade da Administração Central
EC - Entidade Coordenadora
EDP - Energias de Portugal
EE - Entidade Externa
EP - Estradas de Portugal
ERRANC - Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro
IC - Itinerário Complementar
ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IMT - Instituto de Mobilidade e dos Transportes
INE - Instituto Nacional de Estatística,

INIR - Instituto de Infra-estruturas Rodoviárias
IP - Itinerário Principal
IPTM - Instituto Portuário de Transportes Marítimos
MD - Medidas Preventivas
MRC - Municípios da Região Centro
PMOT - Plano Municipal de Ordenamento do Território
PRN - Plano Rodoviário Nacional
QCA - Quadro Comunitário de Apoio
RAN - Reserva Ecológica Nacional
RAVE - Rede de Alta Velocidade
REFER - Rede Ferroviária Nacional
REN - Rede Energética Nacional
REN - Reserva Ecológica Nacional
RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial
RJUE - Regime Jurídico de Urbanização e Edificação
SIRJUE - Sistema Informático do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação
SRUP - Servidões e Restrições de Utilidade Pública

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Municípios da Região Centro	21
Figura 2- Relação do Município com a CCDRC.....	30
Figura 3- Municípios que aderiram ao SIRJUE	31
Figura 4- Etapas de procedimentos a executar após a recepção de um processo.....	41
Figura 5- Parecer favorável SIRJUE	42
Figura 6- Parecer favorável com admissão de comunicação prévia SIRJUE.....	43
Figura 7- Parecer Desfavorável devido a insuficiente instrução do processo SIRJUE	44
Figura 8- Parecer Desfavorável, Rejeição da comunicação prévia SIRJUE	45
Figura 9- Parecer favorável ao abrigo do estabelecimento de Medidas Preventivas SIRJUE	46
Figura 10- Modelo de Requerimento de comunicação prévia CCDRC/DSOT/DGT	88
Figura 11-Modelo de Requerimento de comunicação prévia CCDRC/DSOT/DGT	89

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Direções e Divisões da CCDRC.....	22
Quadro 2- Entidades Consultadas 2013.....	47
Quadro 3- Pareceres emitidos por Município 2013.....	48
Quadro 4- Tipos de Parecer emitidos 2013	48
Quadro 5- Tipos de Decisão emitidos 2013	49
Quadro 6- Decisões por Município	49
Quadro 7- Pareceres e Decisões por Município SIRJUE 2013	50
Quadro 8- Municípios com adesão ao SIRJUE nos vários meses do ano	51
Quadro 9- Entidades Consultadas 2008 a 2013	59
Quadro 10- Pareces por Município 2008-2013	60
Quadro 11- Tipo de parecer emitido 2008-2013	61
Quadro 12- Tipo de Decisão emitida 2008-2013	61
Quadro 13- Decisões emitidas por Município 2008-2013.....	62
Quadro 14- Intervenção da CCDR-Pareceres e decisões 2008-2013	63
Quadro 15- Relação nº de decisões e pareceres emitidos com nº de indústrias e Serviços 2013, para uma seleção de municípios de região	71
Quadro 16- Relação entre nº pareceres e decisões com nº empresas criadas 2013 para uma seleção de municípios de região	72
Quadro 17- Relação entre nº pareceres e decisões com população ativa , para uma seleção de municípios de região.....	74
Quadro 18- Regressão múltipla de decisões e pareceres com os dados de população ativa e indústrias e serviços.....	76
Quadro 19- Análise SWOT do SIRJUE	77
Quadro 20- Ações que carecem de parecer, aprovação, autorização e comunicação prévia, da CCDRC.....	86
Quadro 21- Códigos Concelhos.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Servidões Administrativas e respectivas Entidades Externas a consultar.....	33
Tabela 2- Restrições de utilidade pública e respectivas Entidades Externas a consultar.....	34
Tabela 3- Exemplos de pretensões e sua legislação específica	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Entidades Consultadas em 2013	52
Gráfico 2- Pareceres emitidos em 2013.....	53
Gráfico 3- Tipo de parecer emitido em 2013	54
Gráfico 4- Decisões emitidas por Município 2013.....	55
Gráfico 5- Tipo de decisão emitida 2013	56
Gráfico 6- Pareceres e decisões emitidos pela CCDR enquanto EAC	57
Gráfico 7- Municípios com adesão ao SIRJUE 2013, nos vários meses do ano.....	58
Gráfico 8- Entidades consultadas 2008-2013.....	64
Gráfico 9- Pareceres emitidos por Município 2008-2013	65
Gráfico 10- Tipo de parecer emitido 2008-2013	66
Gráfico 11- Decisões emitidas por Município 2008-2013	67
Gráfico 12- Tipo de decisão emitida 2008-2013	68
Gráfico 13- Intervenção da CCDR, pareceres 2008-2013.....	69
Gráfico 14- Intervenção da CCDR, pareceres e decisões 2008-2013	70
Gráfico 15- Relação nº decisões e pareceres emitidos com nº indústrias e serviços criados em 2013, para uma seleção de municípios de região	72
Gráfico 16 - Relação nº de decisões e pareceres emitidos com nº de empresas criadas em 2013, para uma seleção de municípios de região	73
Gráfico 17- Relação entre a população ativa e o nº de decisões e pareceres emitidos, para uma seleção de municípios de região	75

DEFINIÇÃO DOS PRINCIPAIS CONCEITOS

Edificação - a atividade ou o resultado da construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de um imóvel destinado a utilização humana, bem como de qualquer outra construção que se incorpore no solo com caráter de permanência;

Operações de loteamento - as ações que tenham por objeto ou por efeito a constituição de um ou mais lotes destinados, imediata ou subsequentemente, à edificação urbana e que resulte da divisão de um ou vários prédios ou do seu reparcelamento;

Operações urbanísticas - as operações materiais de urbanização, de edificação, utilização dos edifícios ou do solo, desde que, neste último caso, para fins não exclusivamente agrícolas, pecuários, florestais, mineiros ou de abastecimento público de água;

In RJUE lei nº 60/2007 4 de Setembro

Área de reabilitação urbana - a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana;

Unidade de intervenção - a área geograficamente delimitada a sujeitar a uma intervenção específica de reabilitação urbana, no âmbito de uma área de reabilitação urbana delimitada em instrumento próprio, com identificação de todos os prédios abrangidos, podendo corresponder à totalidade ou a parte de uma área de reabilitação urbana ou, em casos de particular interesse público, a um edifício;

Reabilitação urbana - a forma de intervenção integrada sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas

de infra-estruturas urbanas, dos equipamentos e dos espaços urbanos ou verdes de utilização colectiva e de obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração, conservação ou demolição dos edifícios;

in RJUE Lei nº 32/2012, de 14 de Agosto

INTRODUÇÃO

O presente relatório de estágio foi realizado no âmbito do último ano de Mestrado em Planeamento Regional e Urbano, ministrado na Universidade de Aveiro. O estágio decorreu no período compreendido entre 3 de Outubro de 2013 e 3 de Maio de 2014, na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), na Direcção de Serviços do Ordenamento do Território (DSOT), mais especificamente na Divisão de Gestão Territorial (DGT) em Coimbra.

A escolha da Entidade de Acolhimento teve em atenção principalmente o bom renome da Instituição como Entidade Pública na área de Planeamento Territorial. Deste modo, é uma mais valia estagiar num organismo responsável por promover o desenvolvimento de toda a região Centro, tendo no seu quadro excelentes profissionais da área que proporcionam maiores e melhores saberes e experiências nesta área de conhecimento.

Definiu-se como principais objectivos a atingir durante o estágio: adquirir competências profissionais na área de ordenamento do território e gestão e uso do solo, nomeadamente em operações urbanísticas, servidões e restrições e sua legislação condicionante. Salientar também as entidades que regulam o uso do solo, regulamentado pelo Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE).

Este relatório demonstra o trabalho desenvolvido durante o estágio e é resultado da aprendizagem consolidada e da experiência adquirida no mesmo.

Assim a estrutura deste relatório é composto por cinco Capítulos, sendo que no primeiro realizamos a caracterização da Entidade de Acolhimento (CCDRC), sua área de atuação, estrutura organizacional, focando com mais clareza a Divisão de Gestão Territorial, uma vez que foi neste departamento específico que foi realizado o referido estágio.

Seguidamente no segundo capítulo é realizado uma caracterização teórica da gestão do Uso do Solo, do Ordenamento do Território; operações urbanísticas, suas servidões e restrições, focando a Reserva Ecológica Nacional (REN).

No terceiro capítulo é abordado o Sistema Informático do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, as entidades que regulam o uso do solo e a legislação específica de acordo com uma determinada pretensão.

No quarto capítulo são apresentados o levantamento e sistematização de dados realizados durante o estágio, e tratamento e análise SWOT do Sistema de Informático do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (SIRJUE).

Finalmente no último capítulo é realizado um balanço e considerações finais, incluindo naturalmente uma reflexão de todo o trabalho desenvolvido na prática durante o estágio, relacionando-a com toda a formação adquirida na Universidade.

CAPITULO 1- CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE DE ACOLHIMENTO

1.1. Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC), é um organismo tutelado pelo Ministério do Ambiente do Ordenamento do Território e Energia. Possui autonomia financeira e administrativa e cuja função é executar as políticas de ambiente, de ordenamento do território e cidades, e de desenvolvimento regional ao nível da NUT II Centro. Também lhe compete a promoção e coordenação de serviços desconcentrados de âmbito regional, assim como apoiar tecnicamente as Associações e Autarquias Locais.

Deste modo, a CCDRC deve actuar como uma organização eficaz de acção governativa, assegurando uma prestação eficiente dos serviços e elevada competência técnica no seu âmbito de actuação (Região Centro) seguindo uma linha de modernização e racionalização dos serviços públicos.

Também tem como objetivo estimular os agentes e actividades regionais contribuindo para a coesão do espaço regional e nacional, promovendo a competitividade, e a valorização dos recursos regionais e locais não descurando a inovação (CCDRC, 2010).

1.2 Área de Atuação

À data da realização deste relatório, a CCDRC encontra-se inserida na Região Centro, mais precisamente em Coimbra sendo a sua área de actuação geográfica, a NUT II Centro que é constituída por dez regiões NUTS III, que incorporam setenta e oito municípios.

Este organismo é caracterizado por possuir uma vasta experiência na gestão e orientação de programas e projetos com apoios financeiros nacionais e comunitários. Destes podemos salientar os contratos programa (realizados entre a Administração Central e Local, financiados pelo Orçamento do Estado) e Programas Operacionais (financiados pelos Fundos Estruturais comunitários). Foi também da sua competência a gestão do Programa Operacional do Centro 2007/2013-Mais Centro (CCDRC, 2007).



Figura 1- Municípios da Região Centro

Fonte- CCDRC

Destacamos ainda que o CCDRC contribuiu para que durante o QCA III (Quadro Comunitário de Apoio) se desenvolvessem práticas inovadoras, nomeadamente: “Acções inovadoras de estruturação territorial de responsabilidade municipal”, através de actividades de divulgação, informação e publicidade (CCDRC, 2007).

1.3 Estrutura Organizacional

À data da realização deste relatório esta Instituição quanto à sua estrutura é constituída por um presidente e um vice-presidente.

Quanto à estrutura orgânica da CCDRC, esta é composta por uma estrutura nuclear, prevista na Portaria n.º 528/2007 de 30 de Abril, e outra flexível, definida no Despacho n.º 16 709/2007.

De acordo com o artigo 1º da Portaria n.º 528/2007, de 30 de Abril, a estrutura nuclear das CCDRC é constituída pelas seguintes Direcções e Divisões:

Direcções	Divisões
Direção de Serviços de Desenvolvimento Regional	Divisão de Planeamento e Avaliação; Divisão de Cooperação e Promoção.
Direção de Serviços de Ordenamento do Território	Divisão de Ordenamento do Território e Conservação da Natureza; Divisão de Gestão Territorial.
Direção de Serviços de Ambiente	Divisão de Avaliação Ambiental; Divisão de Licenciamento e Promoção Ambiental.
Direção de Serviços de Apoio Jurídico e à Administração Local;	Divisão de Apoio Jurídico; Divisão de Cooperação Técnica e Financeira.
Direção de Serviços de Comunicação e Gestão Administrativa e Financeira;	Divisão de Tecnologias, Comunicação e Imagem – que integra a Secção de Expediente e Arquivo; Divisão de Organização e Recursos Humanos – que integra a Secção de Pessoal; Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial – que integra a Secção de Contabilidade; Secção de Económico e Património e Tesouraria.
Direção de Serviços de Fiscalização	
	Divisões Sub- Regionais: Divisão Sub-Regional de Aveiro; Divisão Sub-Regional de Castelo Branco; Divisão Sub-Regional da Guarda; Divisão Sub-Regional de Leiria; Divisão Sub-Regional de Viseu

Quadro 1- Direcções e Divisões da CCDRC

Deste modo, para um conhecimento mais pormenorizado da divisão onde decorreu o estágio destacamos a Direção de Serviços de Ordenamento do Território (DSOT), mais precisamente da Divisão de Gestão Territorial que iremos abordar seguidamente.

1.3.1- Direção de Serviços de Ordenamento do território (DSOT)

Referenciamos algumas funções que são da competência específica da Direção de Serviços de Ordenamento do território:

- Formular e conduzir as bases técnicas a nível regional, tanto da Política de Ordenamento do Território como da Política de Cidades e Conservação da Natureza.
- Realizar a revisão e alteração do Plano Regional de Ordenamento do Território, promover todas as ações à sua implementação, manutenção e avaliação, assim como a sua interligação com o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.
- Acompanhar a execução, alteração e revisão dos planos sectoriais a nível territorial, bem como dos planos especiais, intermunicipais e municipais de ordenamento do território, sem descurar a sua avaliação ambiental.
- Promover e colaborar na realização de estudos acerca de programas de qualificação das cidades, principalmente na sua reabilitação e reconversão de áreas degradadas, nomeadamente na conservação da natureza e da biodiversidade. Fomentar parcerias de políticas sectoriais e regionais com os vários instrumentos de gestão do território.
- Desencadear ações com vista à qualificação do território afim de uma boa sustentabilidade e coesão, principalmente às formas de ocupar o solo, proteger e valorizar os recursos naturais, infraestruturas e serviços coletivos, assim como sistemas de mobilidade, comunicação e formação, circulação e acessibilidade.
- Emitir pareceres de acordo com a lei no que respeita ao uso, ocupação e transformação do território (site institucional da CCDRC).

1.3.1.1 Divisão de Gestão Territorial (DGT)

Como já mencionado a Direcção de Serviços de Ordenamento do Território, é constituída por duas divisões, a Divisão de Ordenamento do Território e Conservação da Natureza e a Divisão de Gestão Territorial. Neste sentido iremos abordar a Divisão de Gestão Territorial, uma vez que foi nesta divisão que foi realizado o estágio.

Assim passamos a enumerar as várias funções que lhe estão atribuídas:

- Emitir os seus pareceres de acordo com a lei em vigor relativamente ao uso, ocupação e transformação do território.

- Participar nas ações de gestão territorial de acordo com a adopção de medidas, de políticas de solos que necessitem de aprovação do Governo e de constituição de servidões administrativas.
- Executar as funções que estão atribuídas às CCDR, relativamente à Reserva Ecológica Nacional (REN) e Reserva Agrícola Nacional (RAN).
- Promover e colaborar na realização de estudos acerca de programas de qualificação das cidades, principalmente na sua reabilitação e reconversão de áreas degradadas.
- Participar na realização da gestão integrada na zona costeira (site institucional da CCDRC).

Podemos ainda acrescentar que existem diversas ações que carecem de parecer, aprovação, autorização e comunicação prévia da CCDR Centro, relativos ao uso, ocupação e transformação do território, quando solicitados pelos Municípios, entidades coordenadoras/licenciadoras e/ou requerentes. Estas estão referenciadas no Quadro 20, anexo I.

CAPITULO 2 - ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E GESTÃO DO USO DO SOLO

2.1 Gestão e Uso do Solo

O Uso do Solo pode ser compreendido pelo modo como o Homem ocupa o espaço geográfico. Neste sentido, o uso do solo e certas práticas utilizadas na gestão dos territórios podem ter um grande impacto sobre os ecossistemas e os recursos naturais, incluindo o solo e a água.

Quando constatamos uma utilização indevida e um planeamento inadequado do Uso do Solo, ou seja quando a legislação a este subjacente não é cumprida ocorre a sua degradação prejudicando os recursos naturais e ecossistemas, surgindo por vezes também construções urbanísticas clandestinas que vão afectar o meio ambiente.

O uso a ocupação e a transformação do solo é legislado, portanto não se pode ocupar sem regras. O território tem que ser organizado, para isso existem regulamentos específicos que devem ser cumpridos, uma vez que o solo tem parâmetros particulares.

Assim sendo, um território necessita de um planeamento coerente e flexível, que promova o desenvolvimento sustentável e simultaneamente que assegure a qualidade de vida das suas populações.

Logo, planear e gerir o território requer, um conjunto de ideias, estratégias, e ações a desenvolver que devem ser concretizadas nos *“instrumentos de gestão territorial”* os quais *“asseguram a harmonização dos vários interesses públicos com expressão espacial, tendo em conta as estratégias de desenvolvimento económico e social, bem como a sustentabilidade e a solidariedade intergeracional na ocupação e utilização do território”*(Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, 2015).

2.2. Operações Urbanísticas

Entendemos por operações urbanísticas, uma designação que caracteriza um determinado género de actuação cuja finalidade será a reconfiguração de uma determinada área do espaço urbano.

Segundo o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), no artigo 2º alínea j) operações urbanísticas, são todas as operações de edificação, utilização de edifícios, urbanização e utilização dos solos desde que os seus fins não sejam unicamente agrícolas, florestais, pecuários, mineiros ou de abastecimento público de água.

Assim podemos classificar como operações urbanísticas: obras de construção de novas edificações; obras de reconstrução; obras de alteração; obras de conservação; obras de demolição; obras de ampliação; obras de urbanização, operações de loteamento, trabalhos de remodelação de terrenos; obras de escassa relevância urbanística e utilização de edifícios.

Podemos ainda acrescentar que existem algumas iniciativas que estão isentas de licenciamento, ou autorização e comunicação prévia. Neste contexto evidenciamos as obras de pequena relevância como as alterações no interior de edifícios e obras de conservação. Ainda assim, as mesmas não estão isentas das normas legais e regulamentares que constam nos Planos Municipais do Ordenamento do Território, de Servidões e Restrições de Utilidade Pública, normas de construção entre outras. (RJUE, 2010)

2.2.1 Servidões e Restrições

Como anteriormente referenciado existem servidões e restrições que devem ser cumpridas por todos os cidadãos. Neste âmbito segundo Caetano (1986) *apud* SRUP (2011) podemos definir servidão administrativa como “*o encargo imposto por disposição da lei sobre certo prédio em proveito da utilidade pública de uma coisa*”.

Contudo este conceito tem evoluído ao longo dos tempos e assim a servidão pode entender-se como o encargo imposto sobre um imóvel beneficiando uma coisa devido à utilidade pública da mesma.

Podemos acrescentar algumas características relativas às servidões administrativas: estas podem incidir sobre bens do mesmo dono, podem ser consideradas positivas, (levam a obrigatoriedade de praticar determinado ato) ou negativas (quando limitam ou proíbem determinado ato). São necessárias e inalteráveis e tem subjacente um fim de utilidade pública. Estas advêm de uma imposição legal ou de um ato administrativo exercido por uma certa entidade com competências para tal (SRUP,2011).

Segundo SRUP (2011) entende-se por restrição de utilidade pública toda e qualquer limitação sobre o uso, ocupação e transformação do solo, que impossibilita o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade em pleno, uma vez que tem que se reger pelas leis implementadas que regulam o solo, visando a protecção de interesses colectivos.

A imposição de restrições ou limitações aos direitos dos proprietários são justificadas em prol da sociedade, do ambiente, o solo agrícola, recursos naturais, património cultural, entre outros, promovendo um Desenvolvimento Sustentável.

Neste âmbito das restrições iremos desenvolver com mais pormenor uma restrição dos recursos ecológicos, mais precisamente a Reserva Ecológica Nacional (REN).

2.2.1.1 Reserva Ecológica Nacional

A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma restrição de utilidade pública que surgiu em 1983 com a publicação do Decreto-Lei nº321, de 5 de Julho.

A REN é *“uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que , pelo seu valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais, são objecto de protecção especial”*(SRUP, 2011:14).

Foi a partir desta data que surgiu a preocupação de salvaguardar determinadas áreas de modo que a exploração de recursos e a utilização do território de uma forma desmedida (exploração de inertes, agricultura moderna, construção de infra-estruturas e conjuntos fabris e expansão desmedida de áreas urbanas) não ponham em causa a estabilidade e fertilidade de determinadas regiões, assim como do seu valor económico, social e cultural. Deste modo, a REN é uma restrição de utilidade pública, uma vez que a ela se aplica um regime territorial específico, que determina um conjunto de condicionamentos à ocupação, uso e transformação do solo.

A Reserva Ecológica Nacional (REN) juntamente com a Reserva Agrícola Nacional (RAN) e Conservação da Natureza (CN), integra áreas indispensáveis à estabilidade ecológica do Meio, à utilização racional dos recursos naturais, e protege as potencialidades biofísicas e culturais, sendo portanto considerado um instrumento de relevo do ordenamento do território.

O novo regime jurídico da REN encontra-se no decreto-lei nº166/2008, de 22 de Agosto, rectificado posteriormente a 21 de Outubro pela Declaração de Rectificação nº63-B/2008.

A REN tem por fim contribuir para a ocupação e o uso sustentáveis do território,

nomeadamente no artigo 2º e 3º do decreto lei de 2008 sendo os seus objectivos: “- *Proteger os recursos naturais água e solo que asseguram bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das actividades humanas, salvaguardando os sistemas biofísicos associados ao litoral e ao ciclo hidrológico terrestre; -Contribuir para a adaptação aos efeitos das alterações climáticas e acautelar a sustentabilidade ambiental e a segurança de pessoas e bens, prevenindo e reduzindo os efeitos da degradação da recarga de aquíferos, dos riscos de inundação marítima, de cheias, de erosão hídrica do solo e de movimentos de massa em vertentes;*

-Contribuir para a coerência ecológica e para a conectividade entre as áreas nucleares da Rede Fundamental de Conservação da Natureza.” (SRUP,2011:14)

Podemos ainda frisar que a REN integra áreas de prevenção de riscos naturais, áreas de protecção do litoral importantes para a sustentabilidade do ciclo hidrológico terrestre. Evidenciamos que as áreas de protecção do litoral são integradas na REN de acordo com as seguintes tipologias:

- Praias
- Ilhas-barreira;
- Faixa marítima de protecção costeira
- Tâmbolos;
- Ilhéus e rochedos emersos no mar
- Dunas Costeiras
- Arribas e respectivas faixas de protecção
- Faixa terrestre de protecção costeira
- Águas de transição e respectivos leitos
- Faixas de protecção das águas de transição

A REN integra certas áreas importantes para sustentabilidade do ciclo hidrológico que estão agrupadas em terminadas tipologias:

- Lagos e lagoas, respectivas faixas e margens de protecção e leitos
- Cursos de água e respectivos leitos e margens;
- Albufeiras e os respectivos leitos, margens e faixas de protecção
- Áreas estratégicas de protecção e recarga de aquíferos

Integra também áreas de prevenção de riscos naturais segundo algumas tipologias:

- Zonas ameaçadas pelo mar não classificadas como zonas adjacentes;

- Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo
- Zonas adjacentes;
- Zonas ameaçadas pelas cheias não classificadas como zonas adjacentes;
- Áreas de instabilidade de vertentes (SRUP,2011).

No que respeita a delimitação da REN, a sua delimitação compreende dois níveis: o nível estratégico e operativo.

O primeiro nível é realizado por orientações estratégicas de âmbito nacional e regional executadas pela Comissão Nacional da REN (CNREN) e pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Estas foram aprovadas pela resolução do Conselho de Ministros segundo o Decreto-Lei 166/2008 art 5º e 8º.

Quanto ao segundo nível é executado pela delimitação das áreas integradas na REN-expostas em carta de âmbito municipal, portanto uma delimitação a nível municipal. No entanto esta baseia-se em orientações estratégicas mais amplas, de âmbito nacional e regional, assim como noutros critérios segundo o Decreto-lei nº166/2008 (art 5º do DL nº 166/2008).

Acrescentamos ainda que ao nível dos Municípios a delimitação da REN é obrigatória. As cartas de delimitação são realizadas à escala 1:25 000. É de salientar que as áreas REN segundo o art 9º, nº4 do Decreto-Lei nº166/2008, devem ser destacadas nas plantas de condicionantes dos planos especiais e municipais de ordenamento do território (PMOT).

No que respeita a legislação da REN, esta está relacionada com a área de atuação de Gestão Territorial. Destacamos assim o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional: DL 166/2008, de 22/8 ; Declaração de Rectificação 63-B/2008, de 21/10 ; Portaria 1356/2008, de 28/11 (Requisitos e instrução de processos).

CAPÍTULO 3- SISTEMA INFORMÁTICO DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO (SIRJUE)

Ao longo dos tempos temos constatado que é imprescindível uma revisão permanente dos regimes jurídicos do licenciamento municipal de loteamentos urbanos e obras de urbanização e particulares, uma vez que estes têm que se adaptar às necessidades e satisfazer os interesses públicos com a máxima eficiência administrativa que ambicionam todos os cidadãos. O RJUE aprovado pelo DL 555/99 de 16 de Dezembro, com a alteração introduzida pela lei nº60/2007 de 4 de Setembro e mais recentemente pelo DL 26/2010 faz uma previsão que as consultas às Entidades da Administração Central (EAC) acerca de operações urbanísticas em razão da localização (art 13º- A do RJUE) sejam realizadas através do Sistema Informático, (art 8º-A- RJUE).

O Regime Jurídico de Urbanização e Edificação tem uma utilização muito importante tanto para cidadãos como para os Municípios, Entidades Externas e facilita o relacionamento entre a administração central e local. Assim o processamento das consultas promovidas pelo Município passa a ser realizado com recurso ao SIRJUE (Portaria n.º 216-A/2008, de 3 de Março)

Este Sistema Informático entrou em funcionamento em 10 de Julho de 2008, sendo a sua utilização obrigatória, nomeadamente para os Municípios da Região Centro e Entidades da Administração Central, conforme comunicação emitida pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL).

Através deste procedimento informático, verificamos uma maior facilidade de resposta aos processos, uma maior simplicidade e menor onerosidade às suas consultas, assim como de todas as acções com ele relacionados, reduzindo consideravelmente a circulação avultada de processos. In CCDRC(2014).

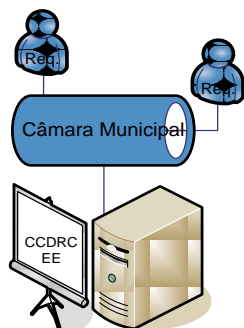


Figura 2- Relação do Município com a CCDRC
Fonte: CCDRC (2014)

Também os Municípios se relacionam com a CCDDR enquanto Entidade de Administração Central (EAC), quando a operação urbanística se encontra condicionada por uma única servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, ou ainda quando o local da pretensão estiver unicamente sujeito a Medidas Preventivas (MP), neste caso a CCDDR emite um parecer.

Podemos assim apresentar os Municípios que aderiram ao Sistema Informático do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (SIRJUE).



Fonte: CCDRC (2014)

Em suma, a CCDR intervém de uma maneira geral para efeitos previstos no artigo 13º A do RJUE na qualidade de Entidade Coordenadora encaminhando as consultas para as Entidades Externas; e emitindo uma decisão global e vinculativa de toda a Administração Central, após a emissão dos pareceres pelas Entidades Externas ou decorridos os prazos para a sua emissão (20 ou 40 dias), ou após a realização de Conferência Decisória. Na qualidade de Entidade Externa emitindo pareceres no âmbito da REN; e emitindo pareceres no âmbito de Medidas Preventivas.

Podemos ainda evidenciar as ações desenvolvidas pela CCDR no SIRJUE, nomeadamente no aperfeiçoamento, uniformização e harmonização de procedimentos; na operacionalidade do sistema, na melhoria dos serviços a prestar por todos os intervenientes assim como na promoção da interligação entre todas as entidades envolvidas, apresentando à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) propostas de novas funcionalidades e alterações no sistema através de reuniões.

No SIRJUE, compete à CCDR relativamente a consulta das Entidades Externas verificar as entidades que necessitam de se pronunciar; identificar e adicionar entidades que não foram indicadas, incluindo disponibilização de documentos no âmbito da consulta (legislação específica que determina emissão de parecer e a razão da consulta), excluir entidades que se encontram indevidamente indicadas; e aferir o prazo legal para as entidades se pronunciarem. Promove e realiza também Conferências Decisórias com as Entidades Externas consultadas. in CCDRC(2014).

3.1 Entidades que regulam o uso do solo

As Entidades Externas são consultadas diretamente pelos Municípios através do SIRJUE nº 2 da Portaria nº 349/2008, de 5 de Maio, quando uma operação urbanística se encontra condicionada por uma restrição de utilidade pública ou por uma só servidão administrativa, ou quando o local da pretensão estiver apenas sujeito a Medidas Preventivas.

É de salientar ainda que, nas consultas diretas, há necessidade de informar a CCDR, não sendo necessário enviar qualquer documento de forma não desmaterializada.

Assim destacamos na tabela 1 as Servidões Administrativas e respetivas Entidades Externas a consultar

Servidões administrativas e respetivas Entidades Externas a consultar

Estradas Nacionais (IP, IC e outras estradas)	EP–Estradas de Portugal, SA (...) e IMT, IP (ex:INIR, IP)
Ferrovias e MPdo TGV	REFER
Gasodutos regionais	Lusitâniagás – Companhia de Gás do Centro, SA
Gasodutos nacionais	REN – Gasodutos de Portugal
Oleodutos e recursos geológicos	DGEG – Direcção Geral de Energia e Geologia
Linhas eléctricas de média e alta tensão	EDPD – (DRCTejo, DRCMondego, ...)
Linhas eléctricas de muita alta tensão	REN - Rede Eléctrica Nacional
Áreas protegidas, Rede Natura 2000 e ZPE	ICNF
Linhas de água ou acções que careçam de título de recursos hídricos	APA (ARH Centro, Tejo, Norte)
Zonas de protecção de imóveis classificados ou em vias de classificação	DRCC, DGPC (ex:IGESPAR)
Aeronáuticas, radioeléctricas e exploração aeroportuária	ANA - Aeroportos de Portugal
Zonas cativas	Direção Regional de Economia do Centro
Aproveitamentos hidroagrícolas	DGADR - Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
Base aérea	MDN - Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa
Marcos geodésicos	Instituto Geográfico Português
Zonas de protecção de edifícios públicos	Escola Secundária de Domingues Sequeira, Observatório Astronómico da Universidade de Coimbra
Zonas portuárias	IPTM - Inst. Portuário e de Transportes Marítimos, I.P

Tabela 1- Servidões Administrativas e respetivas Entidades Externas a consultar
 Fonte- Adaptado CCDRC (2014)

Restrições de utilidade pública e respectivas Entidades Externas a consultar	
Reserva Agrícola Nacional (RAN)	ERRANC - Entidade Regional da Reserva Agrícola Nacional do Centro
Reserva Ecológica Nacional (REN)	CCDR Centro

Tabela 2- Restrições de utilidade pública e respetivas Entidades Externas a consultar
Fonte- Adaptado CCDRC (2014)

3.1.1 Legislação específica

De acordo com uma determinada pretensão, é consultada uma legislação específica por cada Entidade Externa. Assim estas Entidades com base na legislação vão dar o seu parecer; este pode ser favorável, favorável condicionado, desfavorável, não há lugar a parecer ou parecer não emitido. Assim sendo enumeramos alguns exemplos de legislação específica relacionada com cada pretensão.

Exemplos:

<i>Exemplo 1</i>	<i>Consultar</i>
Obras junto a estradas nacionais (IP, IC e outras estradas) Legislação Lei n.º 2037, de 19 de agosto de 1949; DL 13/71, de 23/1; DL 13/94, de 15/1; Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)	Consultar a EP-Estradas de Portugal, SA

<i>Exemplo 2</i>	<i>Consultar</i>
Obras junto a estradas nacionais [Estradas concessionadas (ex: autoestradas)]	o IMT, I.P. - Instituto da Mobilidade e dos Transportes (Ex-INIR)
Legislação DL 13/94, de 15/1; Plano Rodoviário Nacional (PRN2000); Legislação própria de cada área concessionada	

<i>Exemplo 3</i>	<i>Consultar</i>
Obras em zonas de proteção de imóveis classificados	DRCC-Direção Regional de Cultura do Centro ou DGPC- Direção-Geral do Património Cultural (Ex-IGESPAR)
Legislação Lei107/2001,de8/9; DL309/2009,23/10; DL 2/96, 4/01	

<i>Exemplo 4</i>	<i>Consultar</i>
Linhas elétricas de média e alta tensão – de 15kV a 110Kv	Consultar a EDP Distribuição (Tejo, Mondego, Porto)
Legislação DR 1/92, de 18/2	

<i>Exemplo 5</i>	<i>Consultar</i>
Linhas elétricas de muito alta tensão>110Kv	Consultar a REN – Rede Elétrica Nacional
Legislação	
DR 1/92, de 18/2	

<i>Exemplo 6</i>	<i>Consultar</i>
REN e Medidas Preventivas	CCDR Centro
Legislação	
DL 166/2008, de 22/8, alterado pelo DL 239/2012, de 2/11; Portaria 419/2012, de 20/12; Portaria 1247/2008, de 4 de Novembro	

<i>Exemplo 7</i>	<i>Consultar</i>
<p>Servidão aeronáutica da Base Aérea n.º 5/Servidão Militar da Carreira de Tiro de Esgueira/Base Aérea de S. Jacinto/Zonas de proteção a dispositivos de sinalização marítima (Nos casos omissos é aplicável a legislação referente a Servidões Militares)</p> <p>Legislação</p> <p>Portaria n.º 22 591, de 23 de Março de 1967;</p> <p>Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro;</p> <p>Decreto regulamentar n.º 5/2012 de 18 de Janeiro;</p> <p>- Decreto-Lei n.º 597/73 de 7 de Novembro;</p> <p>Lei n.º 2078, de 11 de Julho de 1955;</p> <p>Decreto-Lei n.º 45 986 de 22 de Outubro de 1964;</p> <p>Lei Orgânica n.º 1-B/2009 de 7 de Julho</p>	<p>Consultar o MDN - Direção Geral de Infraestruturas (Força Aérea Portuguesa)</p>

<i>Exemplo 8</i>	<i>Consultar</i>
<p>Domínio hídrico/domínio público marítimo</p> <p>Legislação</p> <p>Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (domínio hídrico);</p> <p>Lei n.º 54/2005, de 15 de Novembro (domínio público marítimo);</p> <p>Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio;</p> <p>Portaria n.º 1450/2007, 12/11.</p>	<p>Consultar a APA/ARH (centro, tejo, norte)</p>

<i>Exemplo 9</i>	<i>Consultar</i>
<p>Rede Natura 2000, Áreas protegidas, ZPE</p> <p>Legislação</p> <p>Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril;</p> <p>Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de Fevereiro</p>	<p>ICNF (Ex-ICNB)</p>

<i>Exemplo 10</i>	<i>Consultar</i>
<p>Rede ferroviária e áreas sujeitas a MP</p> <p>Legislação</p> <p>RCM n.º 31/2010, de 15/04 da RAVE – Rede de Alta Velocidade</p> <p>DL 276/2003, de 4/11;</p> <p>DL 568/99, 23/12</p> <p>DL 276/2003, de 4/11;</p> <p>DL 568/99, 23/12</p>	REFER

<i>Exemplo 11</i>	<i>Consultar</i>
<p>Utilizações não agrícolas de solo integrados em áreas de RAN</p> <p>Legislação</p> <p>DL 73/2009, de 31/3;</p> <p>Portaria n.º 162/2011, de 18/4</p>	ERRAN Centro

<i>Exemplo 12</i>	<i>Consultar</i>
<p>Intervenções em áreas destinadas a aproveitamentos hidroagrícolas</p> <p>Legislação</p> <p>DL 269/82, de 10/7, na redação dada pelo DL 86/2002, de 6/4</p>	Consultar a DGADR

<i>Exemplo 13</i>	<i>Consultar</i>
Servidões aeronáuticas a que ficam sujeitas as zonas confinantes com aeródromos civis e instalações de apoio à aviação civil	Consultar a ANA - Aeroportos de Portugal
Legislação	
Decreto-Lei n.º 45987, de 22 de outubro de 1964	

<i>Exemplo 14</i>	<i>Consultar</i>
Centros radioelétricos de utilidade pública/Feixes Hertzianos	ICP –ANACOM
Legislação	
DL 597/73, de 7/11	

<i>Exemplo 15</i>	<i>Consultar</i>
Zonas de concessão	DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia
Legislação	
DGEG – Direção Geral de Energia e Geologia	
Portaria 531/2003, de 5/7	

Tabela 3- Exemplos de pretensões e sua legislação específica

3.1.2 CCDR enquanto Entidade Externa

Podemos salientar que a CCDR enquanto Entidade Externa emite pareceres no âmbito do Regime Jurídico da REN, assim como no âmbito do estabelecimento de Medidas Preventivas como já referenciado anteriormente.

De acordo com os pedidos de parecer no âmbito da REN, cada cidadão poderá preencher o modelo de Requerimento de comunicação prévia das ações constantes do Anexo II do RJREN, e verificar a tramitação respetiva na norma de procedimentos, disponíveis no Portal da CCDRC, em www.ccdrc.pt>ordenamento>gestão territorial(ver anexo II).

Neste contexto podemos salientar várias etapas de procedimentos a executar após a receção de um processo:

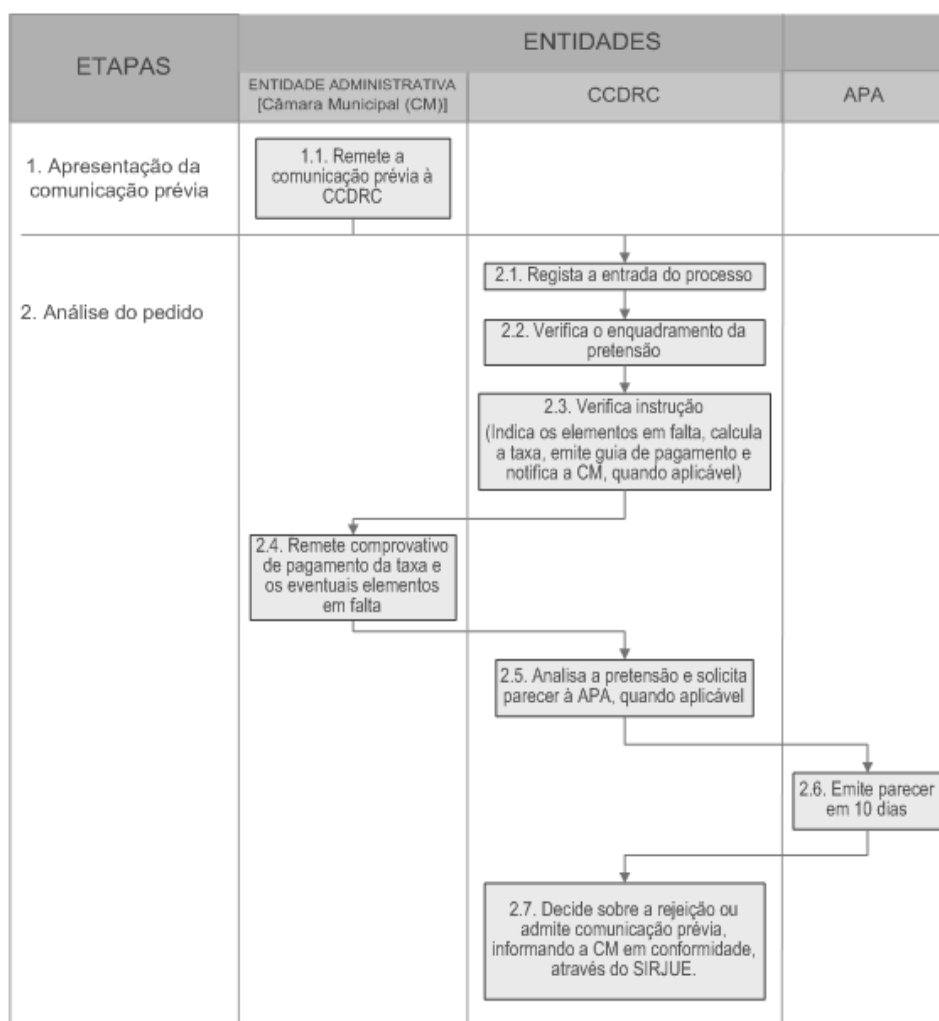


Figura 4- Etapas de procedimentos a executar após a receção de um processo

Fonte: CCDRC (2014)

Exemplificamos na prática vários pareceres emitidos.

▪ **Parecer Favorável**

“Quando uma operação urbanística se encontra condicionada por REN e careça de parecer da APA/ARH, ao abrigo do n.º 5 do artigo 22.º do RJREN, a CCDR solicita (via email) parecer com o seguinte âmbito: “Verificando-se que a pretensão se insere em áreas de REN, na tipologia “Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos”, e tem enquadramento na alínea a) do Item I do Anexo II do RJREN, a mesma está sujeita a comunicação prévia à CCDR. Assim, e tendo em conta a tipologia de REN afetada, solicita-se a V. Ex.ª o parecer previsto na alínea a) do Item I do Anexo II da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 5 do artigo 22.º do RJREN.”

Sendo o parecer da ARH favorável (dando, assim, cumprimento à alínea c) do n.º 6 do artigo 22.º do RJREN) a CCDR fica habilitada a disponibilizar o seu parecer no campo “resultado”. In CCDRC (2014)

Requerimento TBU2013/00012 // Consulta Directa Entidade

Detalhe

Requerente

Intervenientes

Processo

Peças Processuais

Histórico

Entidades

Consulta a entidades externas da Administração Central no âmbito da Localização

Consulte as entidades que deve consultar [aqui](#)

Entidade	Consultar	Âmbito	Parecer	Resultado	Emissão
CCDR Centro (a consultar)	✓			Favorável	2014-01-21

Figura 5- Parecer favorável SIRJUE

Fonte- SIRJUE (2013)

▪ **Parecer favorável – Admissão de comunicação prévia**

“Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, informa-se V. Ex.ª que a ampliação da área de implantação do hotel rural se insere em áreas de REN, na tipologia “Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo”.

Neste contexto, verifica-se que a pretensão tem enquadramento na alínea f) do Item I do Anexo II do RJREN, estando sujeita a comunicação prévia a esta CCDR.

Assim, dado que a ação pretendida pode ser viabilizada para um acréscimo da área de implantação de 2000 m², uma vez que não se verifica nenhuma das situações previstas nas alíneas a), b) e c) do n.º 6 do artigo 22.º do RJREN, informa-se que a comunicação prévia apresentada se encontra em condições de ser admitida, sem prejuízo do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes dos instrumentos de gestão territorial e dos demais regimes jurídicos de licenciamento.”

Detalhe	Requerente	Intervenientes	Processo	Peças Processuais	Histórico	Parecer	Pagamentos
Informação							
Data entrada:	2013-12-23						
Data limite para parecer:	2014-01-22						
Âmbito do pedido:							
Parecer							
Data de resposta:	2014-01-21						
Parecer:							
Despacho:	Despacho já efectuado.						
Tipo de Parecer:	Favorável						

Figura 6- Parecer favorável com admissão de comunicação prévia SIRJUE

Fonte- SIRJUE (2013)

▪ Insuficiente instrução do processo

“Quando um processo não se encontra devidamente instruído, a CCDDR, não obstante ter que colocar no campo “resultado” sentido “desfavorável”, informa o seguinte:

“Reportando-nos ao assunto mencionado em epígrafe, informa-se V. Ex.ª que a ampliação da área de implantação da habitação existente se insere em áreas de REN, na tipologia “Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo”.

Neste contexto, verifica-se que a pretensão tem enquadramento na alínea g) do Item I do Anexo II do RJREN, estando sujeita a comunicação prévia a esta CCDDR.

Contudo, o processo não se encontra devidamente instruído face à ausência dos seguintes elementos:

- Documento comprovativo que ateste a existência da construção licenciada nos termos legalmente exigidos, ou, no caso de à data da construção não ser exigível a emissão de licença, tal facto seja confirmado pelo município;
- Área de implantação da moradia existente;

- Área de implantação referente à ampliação pretendida, de forma a poder aferir-se o cumprimento do requisito constante da subalínea ii) da alínea g) do Item I do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de Dezembro;

- Projeto de arquitetura em formato dwf, de forma a ser possível efetuar medições;

- Comprovativo de pagamento da taxa, no valor de € 140,10, uma vez que o procedimento está sujeito ao pagamento prévio de uma taxa, nos termos da Portaria n.º 1247/2008, de 4 de novembro

Face ao exposto, esta CCDR informa que ainda **não se encontram reunidas as condições para a emissão de parecer por falta dos elementos instrutórios** acima referidos, uma vez que o RJUE não permite suspender o procedimento para solicitação de elementos adicionais e o SIRJUE não permite a rejeição da consulta.”In CCDRC (2014)

Detalhe	Requerente	Intervenientes	Processo	Peças Processuais	Histórico	Entidades
Consulta a entidades externas da Administração Central no âmbito da Localização						
Consulte as entidades que deve consultar aqui						
Entidade	Consultar	Âmbito	Parecer	Resultado	Emissão	
CCDR Centro (a consultar)	✓	↓	↓	Desfavorável	2013-12-02	

Figura 7- Parecer Desfavorável devido a insuficiente instrução do processo SIRJUE
Fonte- SIRJUE (2013)

▪ Parecer desfavorável – Rejeição da comunicação prévia

“Reportando-nos ao assunto identificado em epígrafe, informa-se V. Ex.^a que a ampliação da área de implantação da habitação existente se insere em áreas de REN, na tipologia “Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos”.

Da análise das peças processuais, verifica-se que a pretensão tem enquadramento na alínea g) do Item I do Anexo II do RJREN, estando sujeita a comunicação prévia a esta CCDR.

Contudo, verifica-se que a ação em causa não cumpre com o requisito constante da subalínea ii) da alínea g) do Item I do Anexo I da Portaria n.º 419/2012, de 20 de Dezembro, uma vez que a área a ampliar excede 50% da área de implantação existente, resultando daí, também, uma área total de implantação de 300m² (somas das áreas de implantação existente e a ampliar) superior à máxima admitida (250 m²).

Face ao exposto, informa-se que esta CCDR rejeita a comunicação prévia apresentado, uma vez que se verifica a situação prevista na alínea b) do n.º 6 do artigo 22.º do RJREN,

pele que se emite parecer desfavorável, para os efeitos previstos no artigo 13.º-A do RJUE.” In CCDRC (2014)



Detalhe	Requerente	Intervenientes	Processo	Peças Processuais	Histórico	Parecer
Informação				Histórico do Parecer		
Data entrada:	2013-11-19					
Data limite para parecer:	2014-01-16					
Âmbito do pedido:						
Parecer						
Data de resposta:	2013-12-20					
Parecer:						
Despacho:	Despacho já efectuado.					
Tipo de Parecer:	Desfavorável					

Figura 8- Parecer Desfavorável, Rejeição da comunicação prévia SIRJUE
Fonte- SIRJUE (2013)

▪ Não há Lugar a Parecer (Artigo 40.º do RJREN)

“Relativamente ao assunto identificado em epígrafe, verifica-se que a moradia unifamiliar, construída antes da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 38 382, de 7 de Agosto de 1951 com proposta de ampliação em altura e sem aumento da área de implantação, se insere em áreas de REN, na tipologia “Áreas estratégicas de proteção e recarga de aquíferos”.

Assim, considerando que a área de implantação se encontra licenciada, nos termos legalmente exigidos, e que não há alteração do uso existente, não é aplicável à pretensão o Regime Jurídico da REN, conforme dispõe o seu artigo 40.º.

*Face ao exposto, esta CCDR informa que **não há lugar à emissão de parecer** relativamente à operação urbanística pretendida, para os efeitos previstos no artigo 13.º-A do RJUE.” In Seminário “A Intervenção das Entidades Externas”, CCDR 26/02/2014*

Consultas ao abrigo de MP (Medidas Preventivas)

▪ Exemplo de parecer emitido

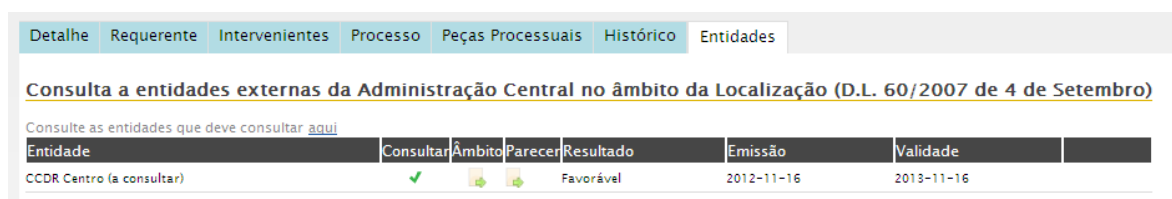
“Em relação ao pedido de parecer no âmbito do estabelecimento de medidas preventivas, verifica-se que a pretensão se insere em local sujeito a medidas preventivas, publicadas

pelo Aviso n.º 3854/2013, no Diário da República, 2.ª série — N.º 53, de 15 de março de 2013.

De acordo com o referido aviso, o estabelecimento das MP em apreço, implicou a suspensão do Plano de Urbanização de Ançã, publicado no DR, 2.ª série, n.º 232, de 28 de novembro, através do Aviso n.º 28564/2008 e do Plano Diretor Municipal de Cantanhede, aprovado por Resolução de Conselho de Ministros n.º 118/1994, de 03 de novembro, e publicado em DR, n.º 276/ 1994 (1.ª série B), de 29 de novembro, com as alterações aprovadas pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 56/1997, de 01 de abril.

O estabelecimento de MP para a área delimitada destinou-se a antecipar as regras de uso, ocupação e transformação do solo, de forma a poder permitir a viabilização da ampliação e construção de nave fabril, indo ao encontro das propostas contidas no processo de Alteração do Plano Urbanização de Ançã.

Neste contexto, informa-se que a **pretensão reúne condições de ser viabilizada, ao abrigo do estabelecimento de medidas preventivas**". In CCDRC (2014)



Entidade	Consultar	Âmbito	Parecer	Resultado	Emissão	Validade
CCDR Centro (a consultar)	✓	→	→	Favorável	2012-11-16	2013-11-16

Figura 9- Parecer favorável ao abrigo do estabelecimento de Medidas Preventivas SIRJUE
Fonte- SIRJUE (2013)

Após o exposto acrescentamos que os condicionamentos legais ou regulamentares fundamentam sempre os pareceres emitidos. Concluímos assim que quando estes pareceres são desfavoráveis se deve a certos condicionamentos legais ou razões objectivas que resultam de indevida instrução dos processos, (tais como incongruências, dificuldades de leitura de ficheiros, ausência de partes de processos, entre outros), já que não é possível suspender o procedimento ao abrigo do n.º 3 do artigo 13.º-A do RJUE.

Em suma, é de ressaltar e como já mencionado anteriormente que a CCDR só deverá ser consultada quando estejam em causa situações no âmbito da REN e Medidas Preventivas (MP). Quando se trata de uma consulta directa à CCDR, logo quando se pretende uma emissão de um parecer, não se deverá indicar outras entidades que necessitem de se pronunciar.

CAPITULO 4- LEVANTAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

4.1 Dados ano 2013

Face a toda a análise teórica e a todo o estudo documental foi realizado um levantamento de dados no Sistema Informático do Regime da Urbanização e Edificação e feita uma sistematização de dados em Excel do ano 2013. Posteriormente esta foi analisada e serviu como base para à apresentação do Seminário no CCDRC a 26 de Fevereiro de 2014 cujo tema “A Intervenção das Entidades Externas, Os condicionamentos das Operações Urbanísticas em razão da localização”, no qual participei ativamente.

Assim iremos expor toda a informação recolhida e sintetizada, anteriormente trabalhada em Excel agora apresentada em quadros. Não são apresentados todos os concelhos pretencentes à região Centro, mas sim uma seleção realizada propositadamente de acordo com as adesões ao SIRJUE, bem como ao número de processos. Em 4.1.1 iremos apresentar o tratamento e análise de dados, incluindo análises de gráficos apresentados no Seminário referenciado.

ENTIDADES	
EP	256
CCDR	141
ERRANC	99
ARH	95
EDP	89
ICNF	79
DR Cultura	60
MDN	50
APA	35
DGPC	31
REN Rede Energética	22
DGADR	22
IGESPAR	22
REFER	17
IMT	16
DGEG	13
DRCC	12
Obs Astr UC	11
INIR	10
Outras	59
Total	1139

Quadro 2- Entidades Consultadas 2013

PARECERES 2013			
MUNICÍPIO		MUNICÍPIO	
Aguiar da Beira	4	Leiria	226
Águeda	80	Mealhada	22
Anadia	4	Mira	7
Ansião	6	Montemor-o-Velho	9
Aveiro	70	Murtosa	18
Alvaiázere	25	Mortágua	6
Belmonte	1	Oliveira do Bairro	1
Batalha	31	Ovar	26
Coimbra	160	Pedrógão Grande	2
Condeixa-a-Nova	37	Porto de Mós	22
Cantanhede	14	Penacova	6
Carregal do Sal	1	Penela	6
Covilhã	101	Sabugal	37
Estarreja	36	Santa Comba Dão	3
Figueira Cast. Rodrigo	1	Seia	2
Figueira da Foz	5	Soure	12
Figueiró dos Vinhos	1	Sertã	8
Fundão	69	Tábua	14
Góis	23	Trancoso	1
Guarda	33	Vila de Rei	5
Ílhavo	4		
TOTAL			1139

Quadro 3- Pareceres emitidos por Município 2013

	Tipo de Parecer emitido
444	Favorável
204	Favorável condicionado
203	Desfavorável
122	Não há lugar a parecer
166	Parecer não emitido
1139	Total

Quadro 4- Tipos de Parecer emitidos 2013

	Tipo de decisão emitida
70	Favorável
42	Favorável condicionada
69	Desfavorável
8	Não há lugar a decisão
3	Decisão não emitida
192	Total

Quadro 5- Tipos de Decisão emitidos 2013

DECISÕES	
MUNICÍPIO	2013
Águeda	14
Ansião	1
Aveiro	10
Alvaiázere	4
Batalha	4
Coimbra	22
Condeixa-a-Nova	12
Cantanhede	4
Covilhã	22
Estarreja	7
Fundão	6
Góis	4
Guarda	4
Ílhavo	1
Leiria	47
Mealhada	4
Montemor-o-Velho	3
Murtosa	7
Ovar	2
Penacova	1
Penela	2
Sabugal	3
Seia	1
Soure	1
Sertã	1
Tábua	3
Vila de Rei	2
TOTAIS	192

Quadro 6- Decisões por Município

	CCDRC	
Município	Pareceres (141)	Decisões (92)
Águeda	6	6
Ansião	3	1
Aveiro	6	4
Alvaiázere	5	1
Belmonte	1	0
Batalha	1	1
Coimbra	16	11
Condeixa-a-Nova	9	9
Cantanhede	5	4
Carregal do Sal	1	0
Covilhã	28	20
Estarreja	6	5
Figueira Cast. Rodrigo	1	0
Figueira da Foz	1	0
Fundão	7	4
Góis	5	2
Guarda	5	2
Ílhavo	1	1
Leiria	2	0
Mealhada	4	4
Montemor-o-Velho	3	3
Murtosa	5	5
Oliveira do Bairro	1	0
Ovar	2	0
Penacova	1	1
Penela	2	2
Sabugal	3	2
Sertã	3	1
Tábua	5	1
Trancoso	1	0
Vila de Rei	2	2
	141	92

Quadro 7- Pareceres e Decisões por Município SIRJUE 2013

Concelhos												
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Águeda	4	2	7	3	9	2	7	7		8	9	1
Aguiar da Beira	1				1		1			1		
Alvaiázere		1			1	2	1	1	4	2	2	3
Anadia			1	1		1		1				
Ansião	1	1						1		1		
Aveiro	3	3	3	2	11	3	10	5	3	3	1	3
Batalha	2	1	3	2			5	1	4	2	2	4
Belmonte	1											
Cantanhede						1	1	2	2			
Carregal do Sal												1
Coimbra	3	15	14	12	12	8	13	15	7	9	15	7
Condeixa-a-Nova		2			3		1	1	1	2	1	1
Covilhã		4	3	4	6	4	8	7	7	6	9	3
Estarreja	1	2	1		1	1	1	3	6	2	3	1
Figueira da Foz				1			1				3	
Figueira deCastelo Rodrigo					1							
Figueiró dos Vinhos											1	
Fundão		6	12	5	5	8	7	3	7	3		6
Góis			2	2		2	2	2	1	1	2	5
Guarda		5	3	1	4	1	1	3	1	6	1	1
Ílhavo					1			1		1		
Leiria	3	14	22	15	15	9	18	18	12	9	7	14
Mealhada			4		4	1	3	1				1
Mira		1	1				2		2	1		
Montemor-o-Velho					3							
Mortágua		1			1	1		2	1			
Murtosa						1	1		1	3		1
Oliveira do Bairro				1								
Ovar	1	3	1	1	4	3	3	2	3	3		1
Pesdrógão Grande							1			1		
Penacova				1		1			1		1	
Penela			1						1			
Porto de Mós		1		5	2	1	4	1		1	5	2
Sabugal		4	3	2	5	2	1	6	2	2	2	4
Santa Comba Dão					1	1		1				
Seia						1						
Sertã	1	1				2	1	1				
Soure	1	3		2	1	1					3	
Tábua			2			2	1		3	1		2
Trancoso		1										
Vila de Rei								2				

Quadro 8- Municípios com adesão ao SIRJUE nos vários meses do ano

4.1.1 Tratamento de dados ano 2013

Ano 2013

Começamos por enumerar os resultados face às entidades que foram consultadas no ano referido, com um total de 1139. Destacando as Estradas de Portugal (EP) como a entidade mais consultada com 256 pareceres, e a INIR como a entidade menos consultada com 10 pareceres. Podemos ainda acrescentar que a CCDR no mesmo período obteve 141 consultas.

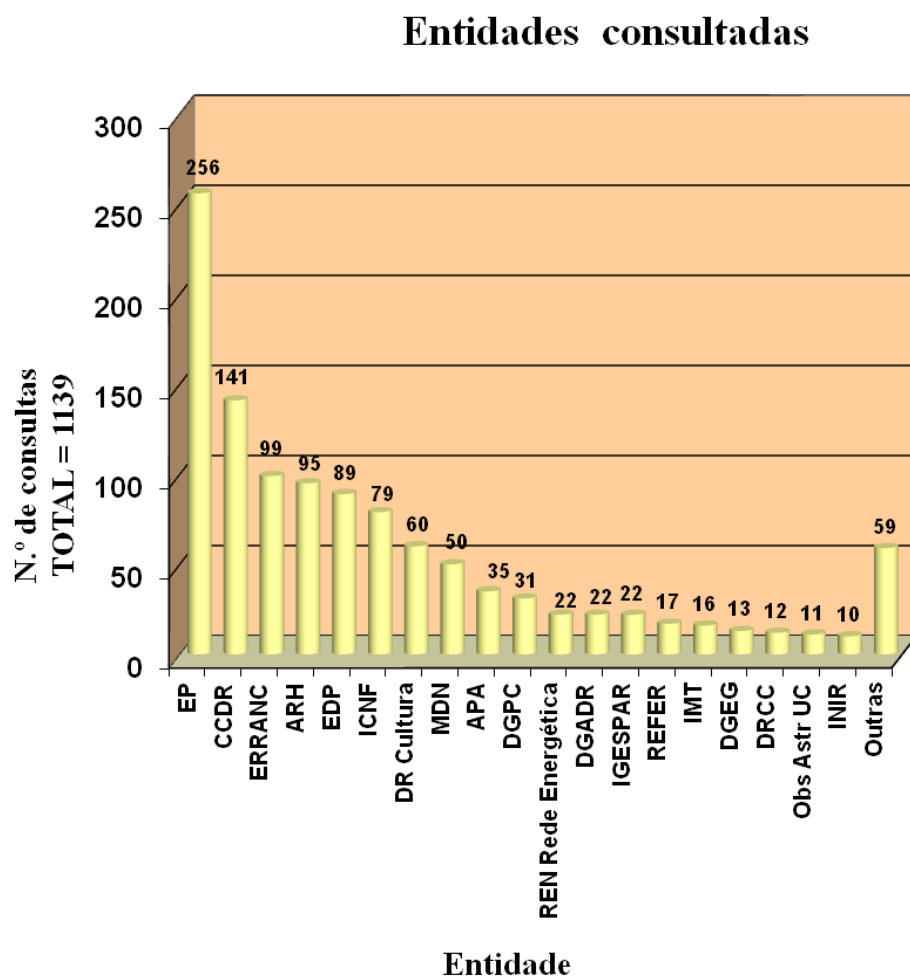


Gráfico 1- Entidades Consultadas em 2013

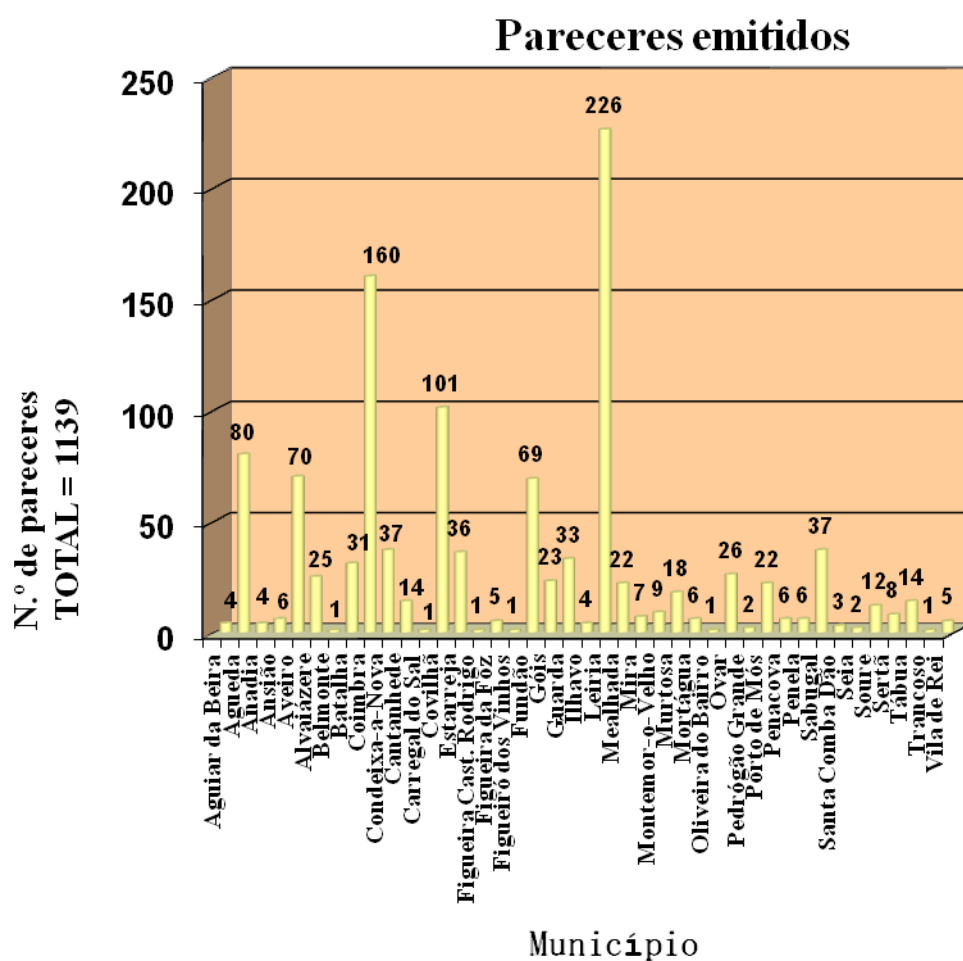


Gráfico 2- Pareceres emitidos em 2013

Face aos pareceres emitidos por município, destacamos o município de Leiria cujos pareceres emitidos foram 226, o de Coimbra com 160 pareceres emitidos, e o da Covilhã com 101, num total de 1139. Por sua vez os municípios com menos pareceres emitidos no ano em análise foram respetivamente Oliveira do Bairro, Trancoso, Figueiró dos Vinhos, Figueira de Castelo Rodrigo, Belmonte e Carregal do Sal com um parecer. Pressupomos que a discrepância verificada de pareceres emitidos por Município se deva provavelmente não só devido a diferenças populacionais, como a questões de desenvolvimento económico que vamos abordar com mais detalhe no capítulo 4.

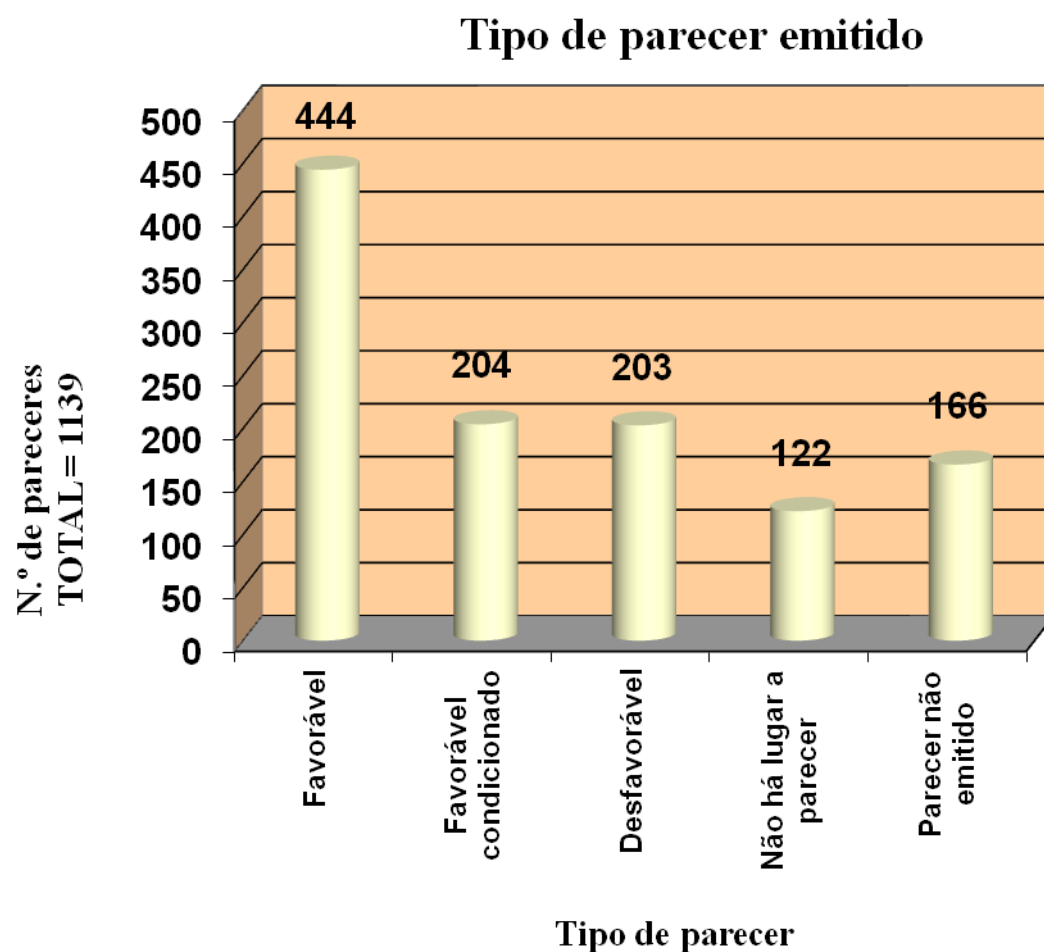


Gráfico 3- Tipo de parecer emitido em 2013

No que respeita ao tipo de parecer emitido e face a um total de 1139 pareceres no ano 2013, concluímos que o parecer “Favorável” foi o parecer mais considerado com 444, já o parecer “não há lugar a parecer”, foi o menos considerado com 122.

“Favorável condicionado” obteve 204, o “parecer desfavorável” 203 e “parecer não emitido” 166.

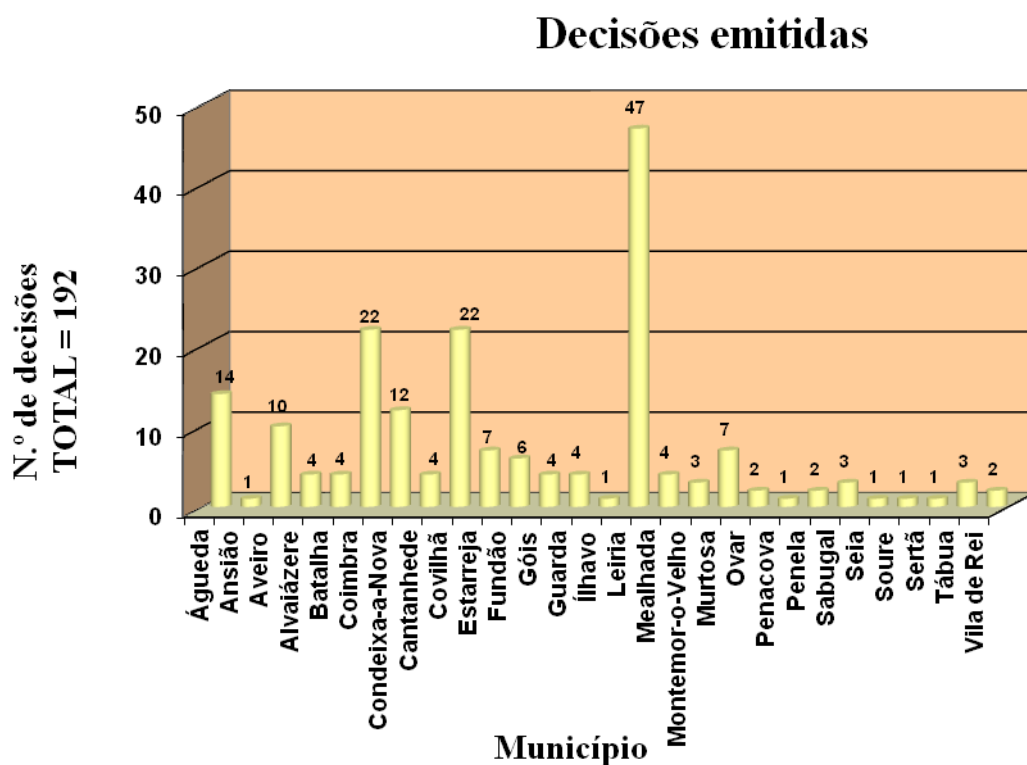


Gráfico 4- Decisões emitidas por Município 2013

Relativamente às decisões emitidas num, total de 192, evidenciamos Leiria com 47 Decisões. Contudo Seia, Penacova, Soure, Ansião, Sertão e Ílhavo apenas tiveram uma decisão emitida em 2013. Covilhã e Coimbra obtiveram o mesmo valor de decisões emitidas (22 decisões), um número ainda considerável.

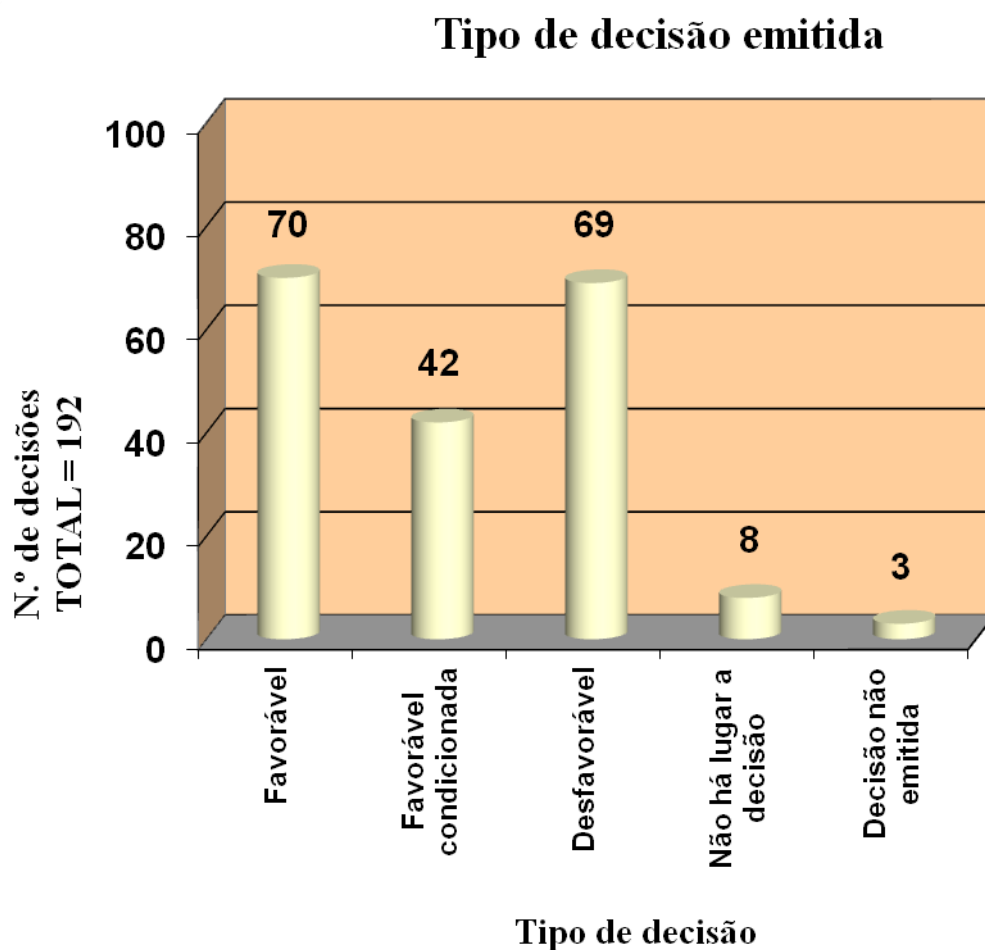


Gráfico 5- Tipo de decisão emitida 2013

Quanto ao tipo de decisão emitida a opção “favorável” foi a mais tomada com 70 decisões num total de 192, seguindo-se de “desfavorável” com 69 decisões em 2013, a opção de “decisão não emitida” teve apenas 3 decisões correspondentes a processos pendentes como por exemplo, devido a ausência de documentação.

Intervenção da CCDR - Pareceres e decisões

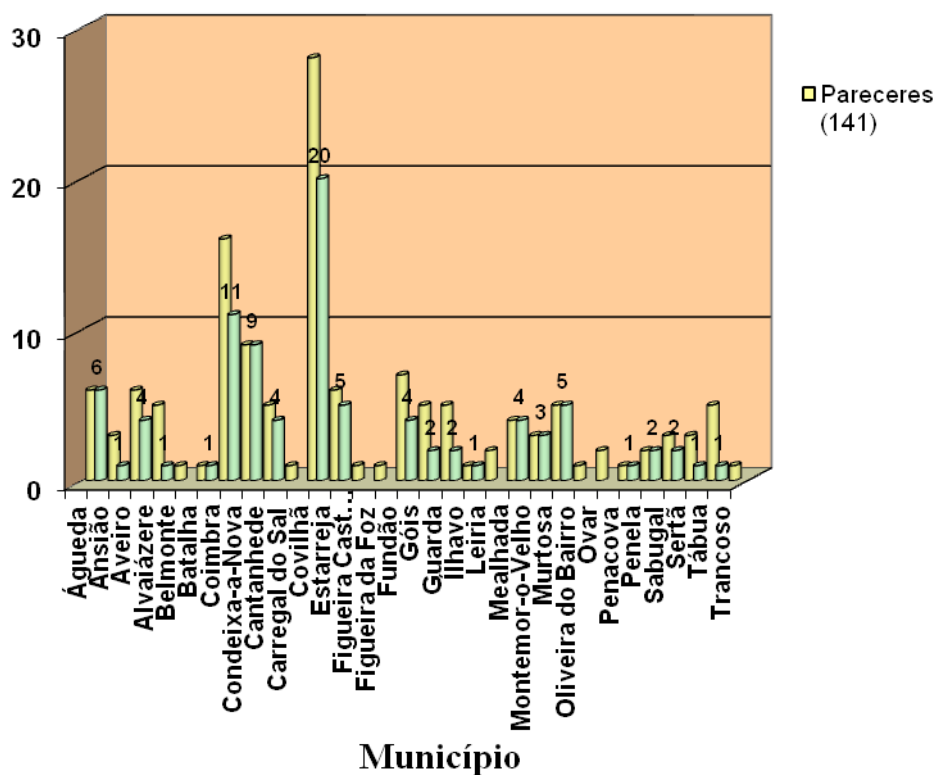


Gráfico 6- Pareceres e decisões emitidos pela CCDR enquanto EAC

No que se refere à intervenção exclusivamente da CCDR enquanto Entidade da Administração Central, verificamos um total de 92 decisões e 141 pareceres em 2013. Destaca-se a Covilhã como o Município com maior número: 28 pareceres e 20 decisões.

Também achámos pertinente fazer uma análise por Município relativamente ao número de consultas nos vários meses do ano, no SIRJUE em 2013

Municípios com adesão ao SIRJUE (Consultas em 2013)

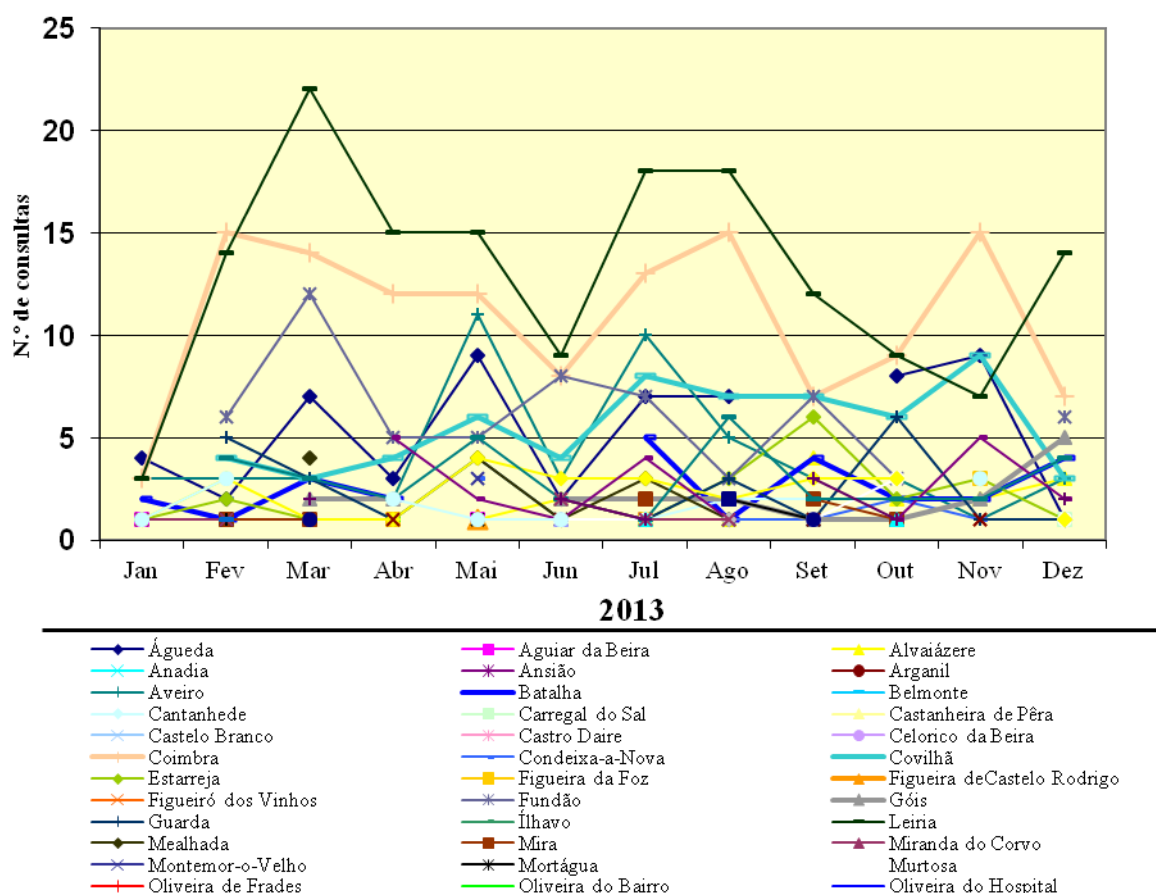


Gráfico 7- Municípios com adesão ao SIRJUE 2013, nos vários meses do ano

Analisando estes dados conjuntamente com o quadro 8 concluiu-se que para além da redução verificada no mês de Agosto, correspondente no geral a período de férias, há uma distribuição homogénea de consultas ao longo do ano. Sendo que o município de Coimbra e Leiria se destaca com valores superiores ao restantes municípios.

4.2 Dados 2008-2013

Posteriormente à realização da análise dos dados do SIRJUE, achámos de todo o interesse realizar um estudo mais aprofundado e num intervalo de tempo mais longo. Deste modo, foi realizada uma recolha de dados do Sistema Informático do Regime de Urbanização e Edificação do ano 2008 ao ano 2013 e posteriormente a sua sistematização, tratamento e análise. Acrescentamos ainda que este estudo foi moroso uma vez que foram realizadas 5976 consultas no intervalo compreendido (5 anos), assim como o seu tratamento e recolha de dados. Ainda assim, esta análise é de extrema importância porque nos elucida da adesão ao sistema por parte dos Municípios, assim como da eficácia do mesmo.

ENTIDADES 2008-2013	
EP	1265
CCDR	694
IGESPAR	689
EDP	665
MDN	501
ARH	428
ERRANC	290
ICNB	237
REFER	215
DGADR	112
INIR	111
REN Rede Energética	86
ICNF	80
DR Cultura	73
ANA Aeroportos	55
DGEG	55
DRAPC	48
APA	35
DR Educação	32
Turismo de Portugal	31
Obs Astr UC	29
DGPC	26
DR Economia	21
Lusitaniagás	20
REN Gasodutos	18
ANACOM	15
DRCC	14
IMT	14
Autoridade de Saúde	13
CDOS	12
Outras	92
TOTAL	5976

Quadro 9- Entidades Consultadas 2008 a 2013

PARECERES	
MUNICÍPIO	2008 a 2013
Águeda	204
Aguiar da Beira	15
Albergaria-a-Velha	1
Alvaiázere	41
Anadia	19
Ansião	14
Arganil	16
Aveiro	405
Batalha	316
Belmonte	6
Cantanhede	27
Carregal do Sal	4
Castanheira de Pêra	2
Castelo Branco	2
Castro Daire	9
Celorico da Beira	3
Coimbra	790
Condeixa-a-Nova	83
Covilhã	539
Estarreja	53
Figueira Cast. Rodrigo	1
Figueira da Foz	25
Figueiró dos Vinhos	1
Fundão	280
Góis	23
Guarda	113
Ílhavo	30
Leiria	1942
Mealhada	110
Mira	33
Miranda do Corvo	6
Montemor-o-Velho	11
Mortágua	23
Murtosa	84
Oliveira de Frades	9
Oliveira do Bairro	1
Oliveira do Hospital	2
Ovar	115
Pampilhosa da Serra	1
Pedrogão Grande	2
Penacova	102
Penamacor	2
Penela	6
Pombal	9
Porto de Mós	146
Sabugal	135
Santa Comba Dão	47
São Pedro do Sul	1
Seia	1
Sertã	14
Sever do Vouga	8
Soure	54
Tábua	54
Tondela	10
Trancoso	10
Vila Nova de Poiares	1
Vagos	7
Vila de Rei	8
TOTAL	5976

Quadro 10- Pareces por Município 2008-2013

Tipo de parecer emitido 2008 a 2013	
1854	Favorável
1385	Favorável condicionado
1280	Desfavorável
642	Não há lugar a parecer
815	Parecer não emitido
5976	TOTAL

Quadro 11- Tipo de parecer emitido 2008-2013

Tipo de decisão emitida 2008 a 2013	
347	Favorável
355	Favorável condicionada
442	Desfavorável
68	Não há lugar a decisão
3	Decisão não emitida
1215	TOTAL

Quadro 12- Tipo de Decisão emitida 2008-2013

DECISÕES	
MUNICÍPIO	2008 a 2013
Águeda	29
Aguiar da Beira	3
Alvaiázere	3
Anadia	5
Ansião	2
Arganil	3
Aveiro	45
Batalha	57
Belmonte	2
Cantanhede	7
Castanheira de Pêra	1
Castro Daire	8
Celorico da Beira	2
Coimbra	94
Condeixa-a-Nova	28
Covilhã	95
Estarreja	8
Figueira da Foz	2
Fundão	46
Góis	4
Guarda	10
Ílhavo	10
Leiria	609
Mealhada	20
Miranda do Corvo	1
Montemor-o-Velho	3
Murtosa	33
Oliveira de Frades	2
Ovar	14
Pampilhosa da Serra	1
Penacova	16
Penamacor	1
Penela	2
Pombal	2
Porto de Mós	4
Sabugal	4
Santa Comba Dão	11
Seia	1
Sertã	1
Sever do Vouga	3
Soure	6
Tábua	5
Tondela	6
Trancoso	2
Vagos	1
Vila de Rei	3
TOTAL	1215

Quadro 13- Decisões emitidas por Município 2008-2013

	PARECERES	DECISÕES
CONCELHO	2008 a 2013	2008 a 2013
Águeda	9	9
Aguiar da Beira	3	2
Alvaiázere	6	1
Anadia	4	1
Ansião	9	2
Arganil	7	1
Aveiro	36	17
Batalha	6	4
Belmonte	6	2
Cantanhede	10	7
Carregal do Sal	4	0
Castelo Branco	2	0
Celorico da Beira	1	1
Coimbra	64	23
Condeixa-a-Nova	17	14
Covilhã	195	68
Estarreja	14	5
Figueira Cast. Rodrigo	1	0
Figueira da Foz	11	2
Fundão	43	22
Góis	5	2
Guarda	10	3
Ílhavo	8	6
Leiria	16	11
Mealhada	15	14
Mira	1	0
Miranda do Corvo	5	1
Montemor-o-Velho	4	3
Mortágua	1	0
Murtosa	33	25
Oliveira de Frades	5	2
Oliveira do Hospital	2	0
Ovar	17	4
Pampilhosa da Serra	1	1
Penacova	19	13
Penamacor	2	1
Penela	2	2
Pombal	1	0
Porto de Mós	6	0
Sabugal	7	3
Santa Comba Dão	26	11
São Pedro do Sul	1	
Sertão	4	1
Sever do Vouga	3	3
Tábua	29	4
Tondela	10	6
Trancoso	3	2
Vagos	2	1
Vila de Rei	4	3
Totais	690	303

Quadro 14- Intervenção da CCDR-Pareceres e decisões 2008-2013

4.2.1 Tratamento de dados estudo 2008-2013

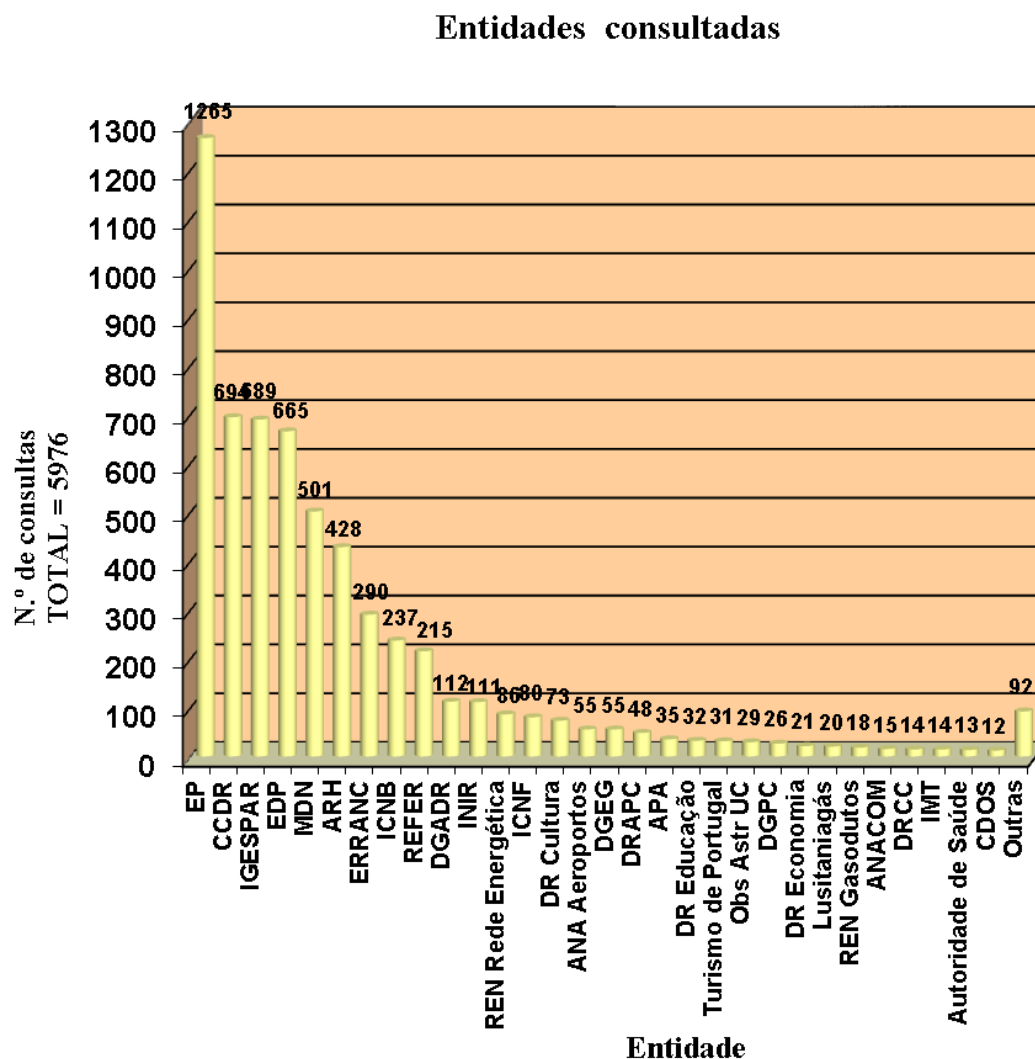


Gráfico 8- Entidades consultadas 2008-2013

Partindo da análise do estudo acerca das Entidades Consultadas entre 2008-2013 verificamos que foram as Estradas de Portuga que obtiveram um valor mais relevante, com 1265 consultas num total de 5976, sendo que a entidade menos consultada foi a Autoridade Nacional da Proteção Civil com apenas 12 consultas.

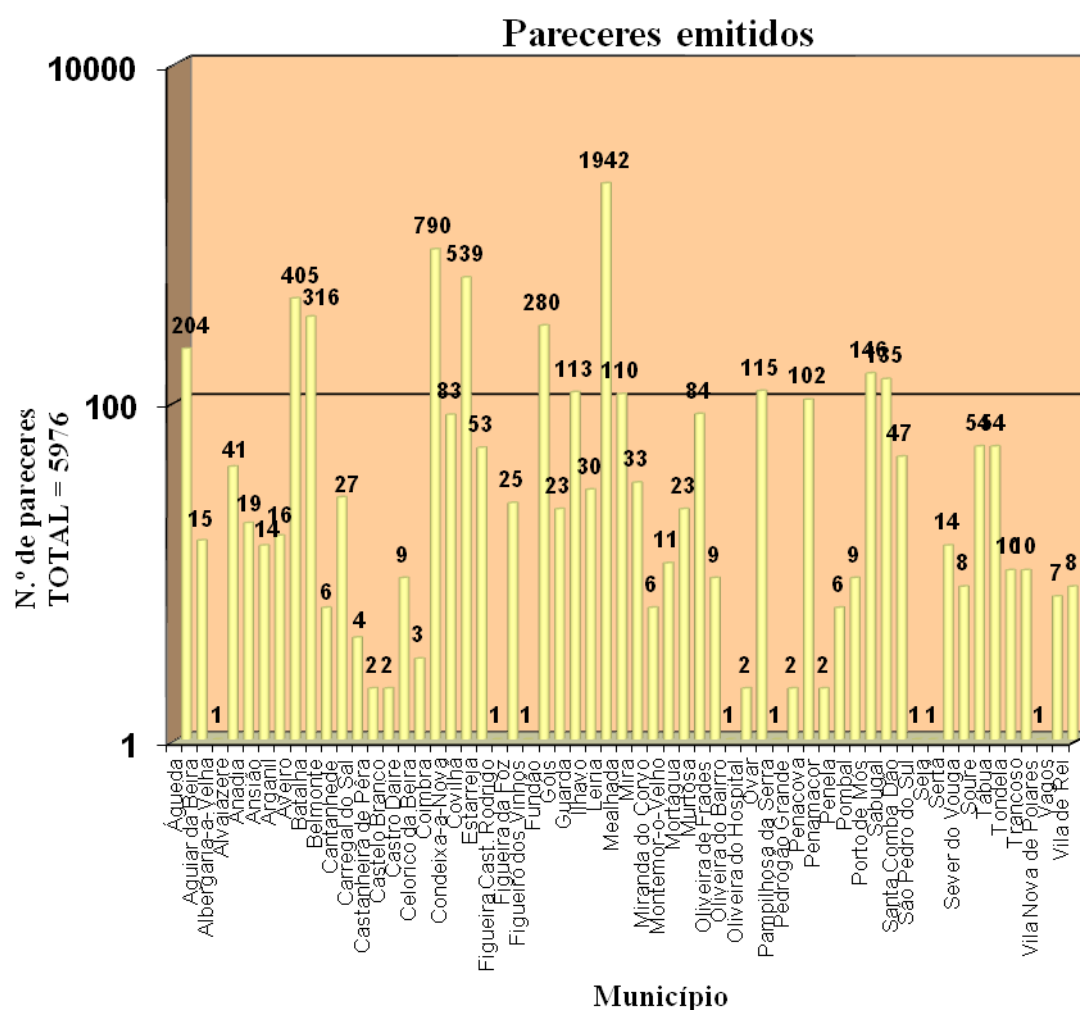


Gráfico 9- Pareceres emitidos por Município 2008-2013

Relativamente aos Pareceres emitidos durante o estudo em questão constatamos que num total de 5976 pareceres o município de Leiria foi o que obteve maior destaque com um total de 1942 pareceres. Os municípios que obtiveram apenas um parecer foram Figueiró dos Vinhos, Albergaria-a-Velha, Figueira de Castelo Rodrigo, Oliveira do Bairro, São Pedro do Sul, Seia e Pampilhosa da Serra.

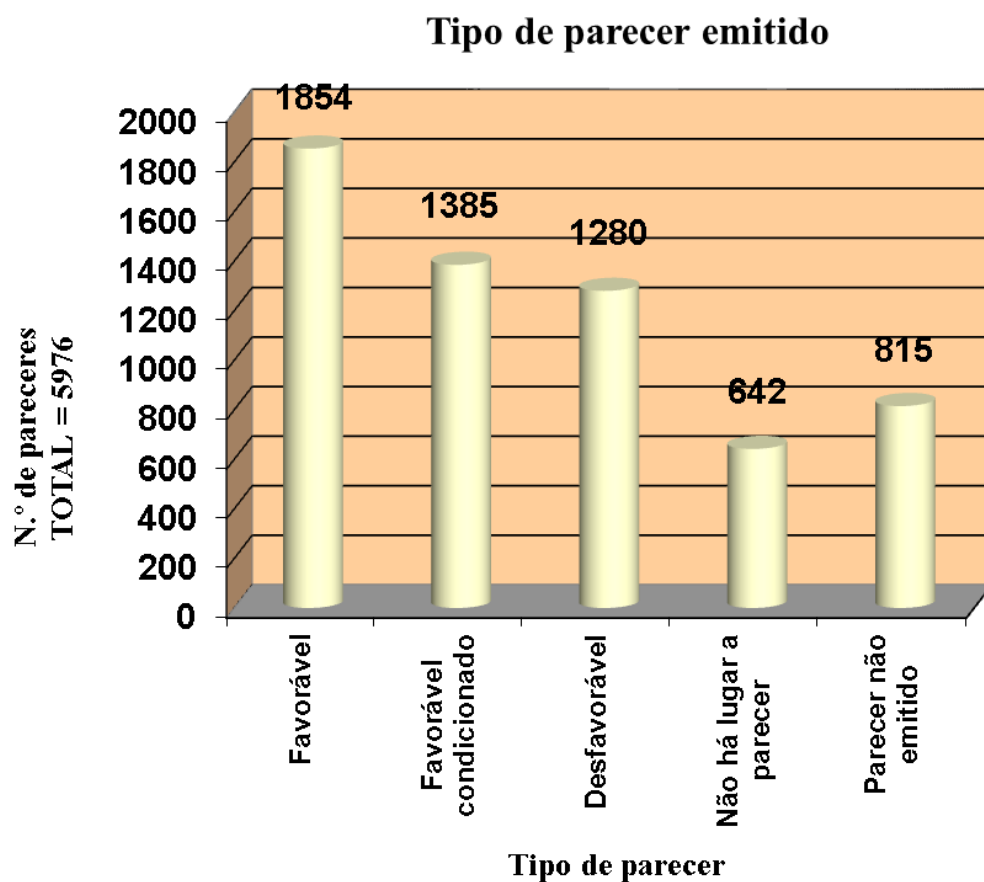


Gráfico 10- Tipo de parecer emitido 2008-2013

Quanto ao tipo de parecer emitido constatamos que o parecer “favorável” foi o que obteve maior destaque, com 1854, já o tipo de parecer “não há lugar a parecer” foi o menos emitido com 642. Constatamos assim que os processos solicitados tem cada vez mais um parecer favorável por parte das entidades consultadas.

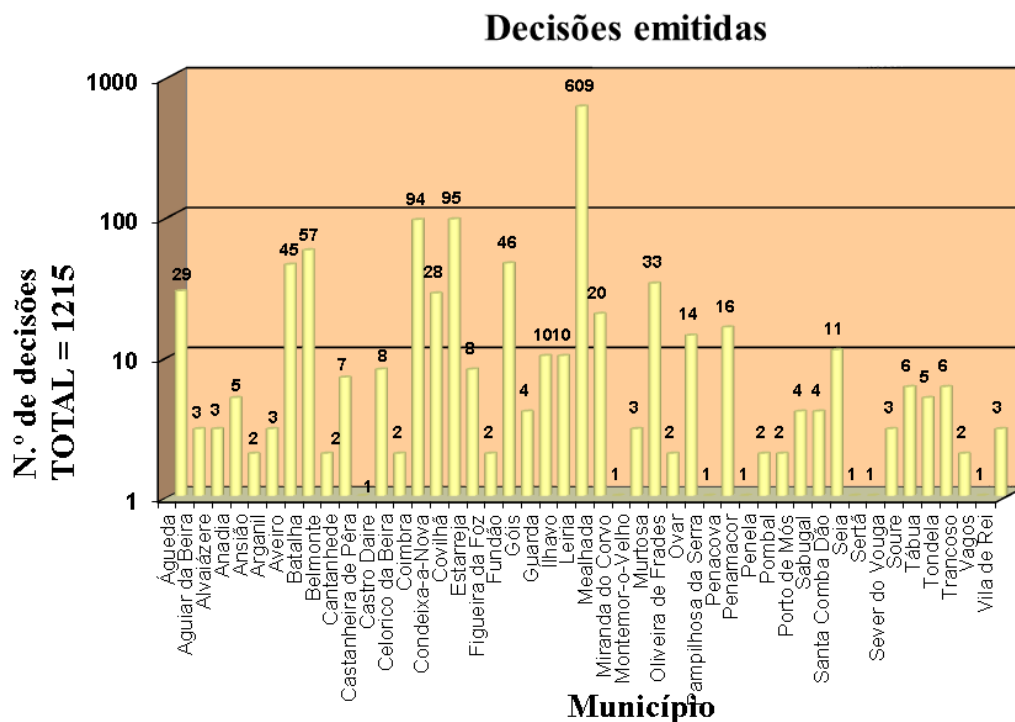


Gráfico 11- Decisões emitidas por Município 2008-2013

Quanto às decisões emitidas destacamos o município de Leiria com 609 decisões emitidas, por sua vez outros municípios obtêm um menor numero de decisões emitidas como é o caso de Miranda do Corvo, Pampilhosa da Serra, Penamacor e Castanheira de Pêra, entre outros com uma única decisão emitida.

Verificamos assim, que uma vez mais o município de Leiria se evidencia relativamente aos outros, não só com o maior numero de pareceres emitidos, como já referido, como também com o maior numero de Decisões emitidas.

Como já mencionamos anteriormente pensamos que este facto se deve não so a questões demograficas como ao desenvolvimento economico, com a criação de novas empresas, industrias e serviços que iremos abordar mais a frente.

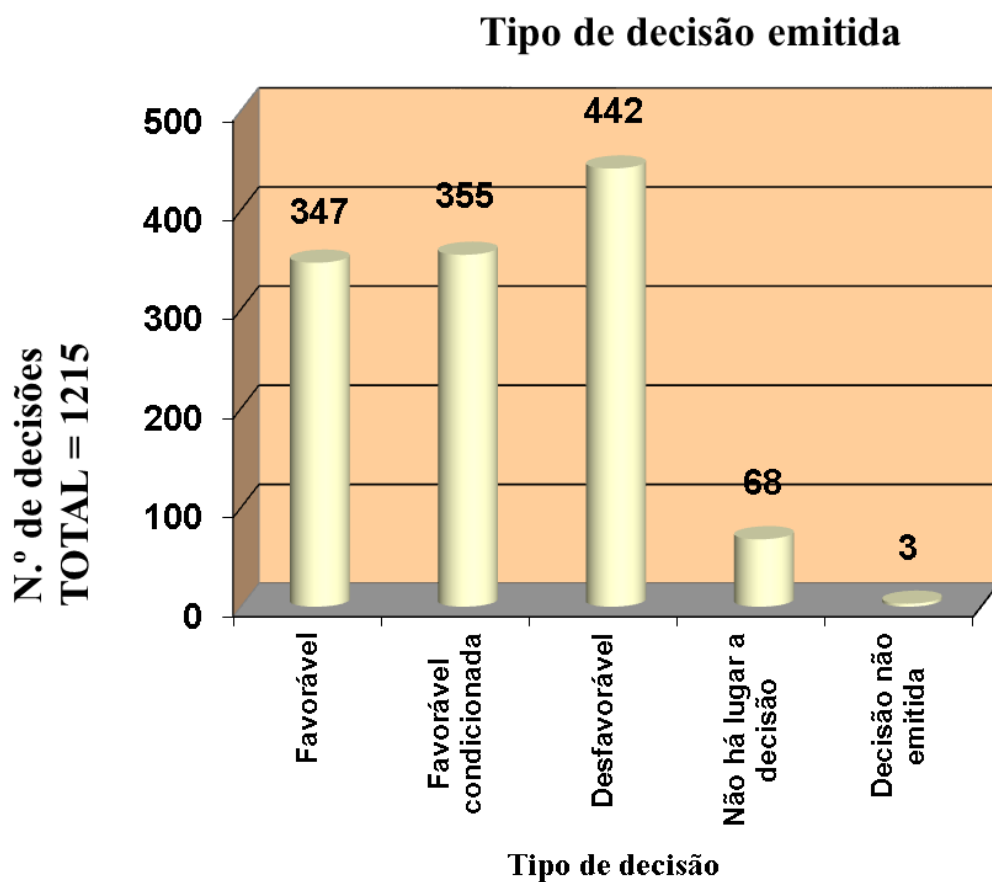


Gráfico 12- Tipo de decisão emitida 2008-2013

Quanto ao tipo de decisão emitida no estudo de 2008-2013 destacamos que o tipo de decisão “desfavorável” foi a que obteve maior número 442 num total de 1215, já o tipo de decisão “decisão não emitida” obteve unicamente um total de três decisões.

Assim, partindo da análise anteriormente realizada quanto ao tipo de parecer emitido, onde destacamos o “parecer favorável” com o maior número, concluímos que o tipo de parecer dado pelas várias entidades a consultar, nem sempre influencia a decisão final de determinado processo, uma vez que durante o período em análise a decisão “desfavorável” foi a predominante.

Intervenção da CCDR - Pareceres

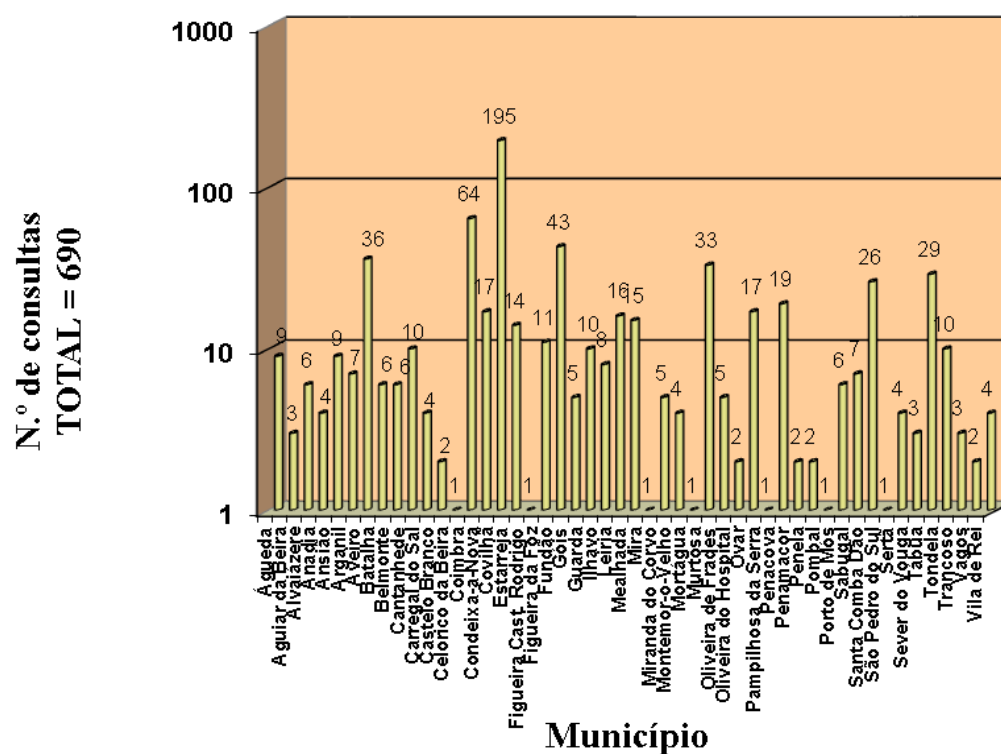


Gráfico 13- Intervenção da CCDR, pareceres 2008-2013

Relativamente a intervenção exclusiva da CCDR quanto aos pareceres neste período de tempo 2008-2013, evidenciamos o município da Covilhã com 195 pareceres. No entanto os municípios com menor valor de pareceres são respetivamente Fátima, Castelo Branco, Mira, Mortágua e Pampilhosa da Serra.

Intervenção da CCDR - Pareceres e decisões

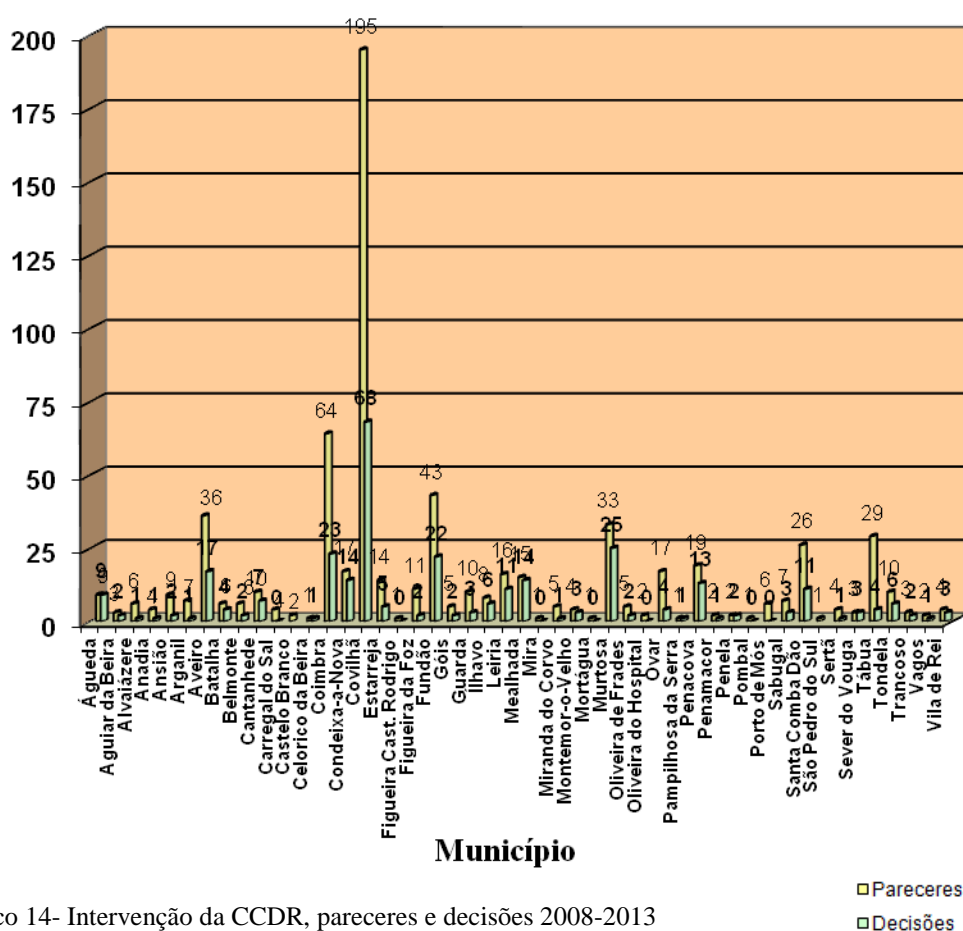


Gráfico 14- Intervenção da CCDR, pareceres e decisões 2008-2013

No que respeita a intervenção exclusiva da CCDR em relação às decisões emitidas destacamos novamente a Covilhã com 68 decisões emitidas num total de 303, por sua vez os municípios de Penamacor, Pampilhosa da Serra, Sertão, Vagos, Miranda do Corvo, Celorico da Beira foram os Municípios que apenas tiveram uma única decisão.

Concluimos após todos a análise realizada tanto no período de 2013, como no período compreendido entre 2008 e 2013 que os municípios de Leiria, Coimbra e Covilhã se evidenciam dos outros municípios, obtendo sempre valores superiores quer no tipo de pareceres, quer nas decisões emitidas, sendo que são estes municípios da Região Centro os que mais utilizam o SIRJUE.

Apresentada toda a pesquisa e tratamento de dados, tentámos explicar a relação existente entre o número de pareceres e decisões emitidas por município com algumas variáveis explicativas, nomeadamente a população ativa e atividade económica (indústrias, empresas e serviços). Ou seja vamos verificar a relação do número de decisões e pareceres com algumas características do território.

Municípios	Decisões e Pareceres 2013	Indústrias e Serviços 2013
Águeda	94	112
Ansião	7	39
Aveiro	80	256
Alvaiázere	29	13
Batalha	35	41
Coimbra	182	478
Condeixa-a-Nova	49	39
Cantanhede	18	70
Covilhã	123	105
Estarreja	43	52
Fundão	75	65
Góis	27	5
Leiria	273	438
Sabugal	40	19
Vila de Rei	7	7

Quadro 15- Relação nº de decisões e pareceres emitidos com nº de indústrias e Serviços 2013, para uma seleção de municípios de região
 Fonte: adaptado INE e SIRJUE

Analisando do quadro 15 podemos verificar a nítida relação positiva entre o número de decisões e pareceres e o número de indústrias e serviços no ano 2013. Verificamos que os municípios que obtiveram um maior número de decisões são os mesmos onde houve um aumento do número de indústrias e serviços. Por exemplo Coimbra teve um total de 182 decisões e pareceres e 478 novas indústrias e serviços no mesmo ano, assim como Leiria com 273 decisões e pareceres e 438 novas indústrias e serviços. No entanto Vila de Rei teve apenas um total de 7 decisões e pareceres e onde foram criadas unicamente 7 indústrias e serviços. O mesmo se pode traduzir no gráfico seguinte onde observamos os mesmos resultados.

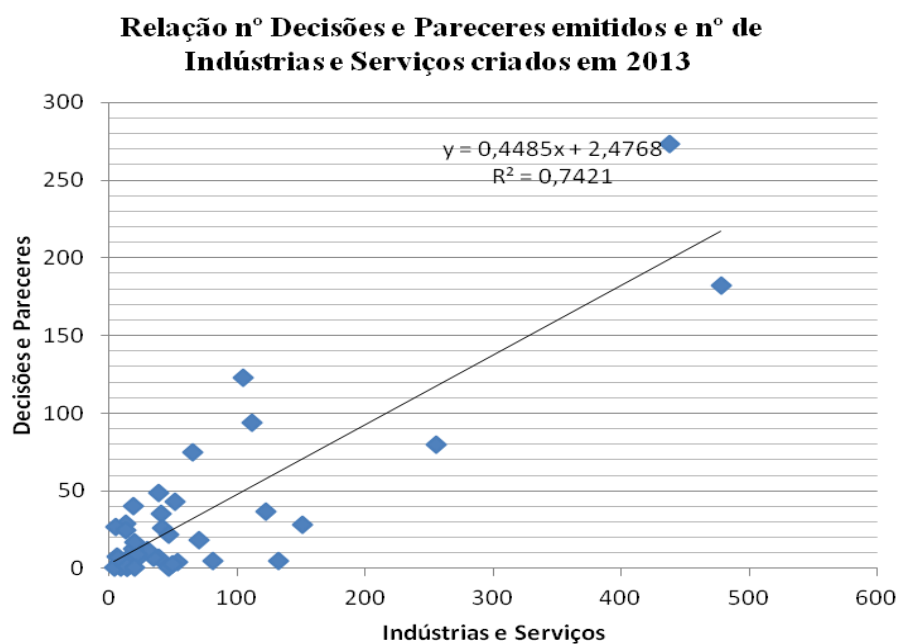


Gráfico 15- Relação nº decisões e pareceres emitidos com nº indústrias e serviços criados em 2013, para uma seleção de municípios de região

Partindo da análise do quadro 15 e do gráfico 15 verificamos que o R^2 (coeficiente de determinação) é alto, 0,7, ou seja a relação entre as variáveis decisões e pareceres emitidos e a criação de indústrias e serviços no mesmo ano é forte. R^2 é a % da variabilidade de Y explicada por X.

Municípios	Decisões e Pareceres 2013	Nº empresas 2013
Águeda	94	126
Aveiro	80	264
Alvaiázere	29	16
Belmonte	1	19
Coimbra	182	489
Cantanhede	18	69
Covilhã	123	119
Figueira de Castelo Rodrigo	1	14
Figueiró dos Vinhos	1	6
Leiria	273	457
Mealhada	26	43
Mira	7	37
Penela	8	9

Quadro 16- Relação entre nº pareceres e decisões com nº empresas criadas 2013 para uma seleção de municípios de região

Fonte: adaptado INE e SIRJUE

Relação nº Decisões e Pareceres emitidos com o nº de empresas criadas 2013

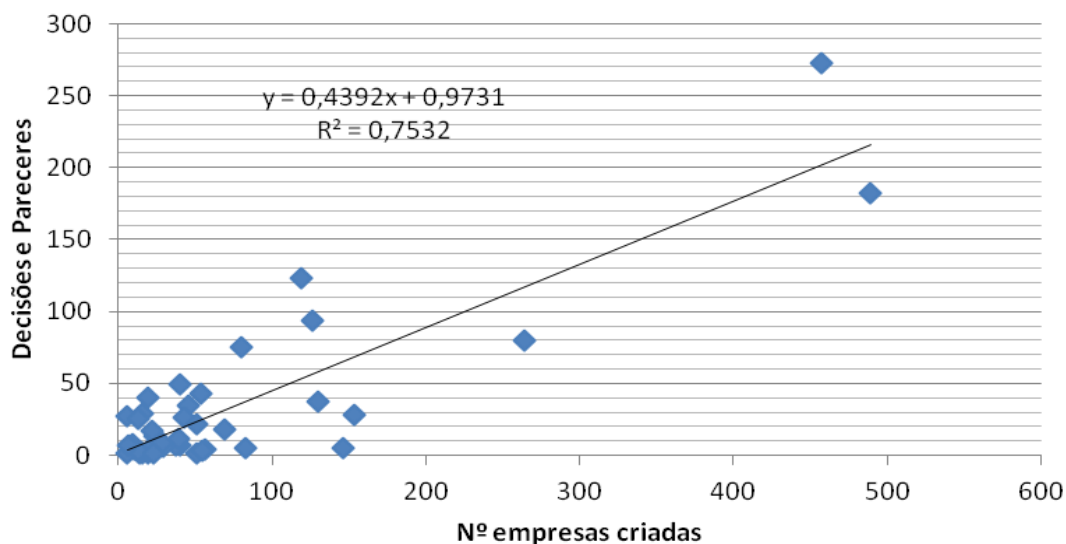


Gráfico 16 - Relação nº de decisões e pareceres emitidos com nº de empresas criadas em 2013, para uma seleção de municípios de região

Também achámos pertinente efetuar uma análise relativamente ao total do número de pareceres e decisões por município com o número de novas de empresas criadas.

Face aos resultados do quadro 16 e do gráfico 16 verificamos uma relação positiva entre as variáveis analisadas. Por exemplo o Município de Leiria obteve um total de 273 pareceres e decisões em 2013, e uma criação de 475 novas empresas. O mesmo se verifica em Coimbra, Covilhã e Aveiro.

Pela análise do gráfico 16 verificamos que o R^2 (coeficiente de determinação) é alto, 0,7, ou seja a relação entre as variáveis decisões e pareceres emitidas e a criação de novas empresas no mesmo ano é forte.

Município	Pareceres e Decisões 2013	População Ativa 2011
Águeda	94	23357
Anadia	4	13510
Ansião	7	5404
Aveiro	80	40093
Alvaiázere	29	2650
Coimbra	182	70775
Condeixa-a-Nova	49	8305
Cantanhede	18	16106
Carregal do Sal	1	3855
Covilhã	123	23040
Figueira de Castelo Rodrigo	1	2335
Figueiró dos Vinhos	1	2414
Fundão	75	12246
Ílhavo	5	19006
Leiria	273	63470
Penela	8	2365
Trancoso	1	3705
Vila de Rei	7	1176

Quadro 17- Relação entre nº pareceres e decisões com população ativa , para uma seleção de municípios de região

Fonte: adaptado INE e SIRJUE

Por último realizamos uma análise de uma variável explicativa muito importante, a população ativa, face ao número de pareceres e decisões emitidos em 2013.

Assim concluímos que também como as outras variáveis explicativas já analisadas, que existe uma relação positiva entre estas variáveis.

Por exemplo o município de Leiria obteve um total de 273 pareceres e decisões em 2013, e uma população ativa 63470. O mesmo se verifica em Coimbra, Covilhã e Aveiro.

Pela análise do gráfico 17 verificamos que o R^2 (coeficiente de determinação) é alto, 0,7, ou seja a relação entre as variáveis decisões e pareceres emitidas e a população ativa existente no mesmo ano é forte.

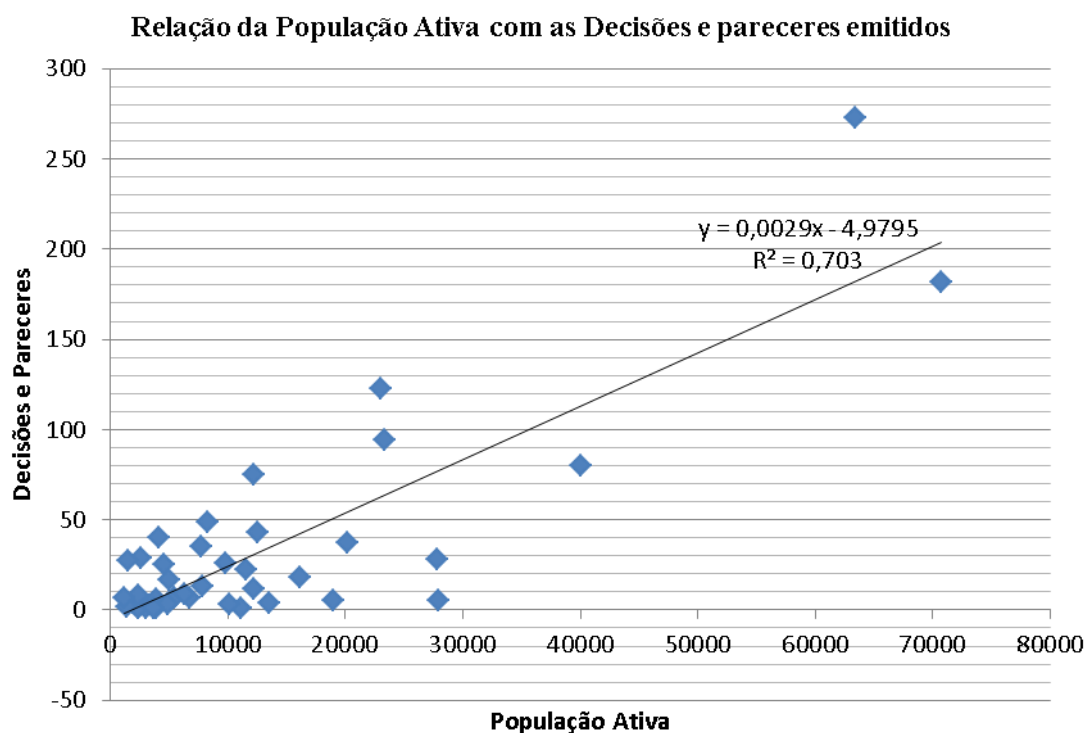


Gráfico 17- Relação entre a população ativa e o nº de decisões e pareceres emitidos, para uma seleção de municípios de região

Ainda assim, para complementar o nosso estudo achámos pertinente realizar uma análise em SPSS, onde usámos a regressão múltipla para encontrar um modelo explicativo. Procurou-se explicar o número de pareceres e decisões a partir dos dados de população ativa e do número de indústrias e serviços de cada município. Estas variáveis explicativas foram seleccionadas a título de exemplo, como base para um eventual trabalho futuro sobre estes dados. Os resultados apresentam-se nos quadros seguintes.

Model Summary

Model	R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
1	,864 ^a	,747	,734	27,60993

a. Predictors: (Constant), Indústrias e Serviços, População ativa

Coefficients^a

Model		Unstandardized Coefficients		Standardized Coefficients	t	Sig.
		B	Std. Error	Beta		
1	(Constant)	6,814	7,281		,936	,355
	População ativa	-,001	,002	-,420	-,845	,403
	Indústrias e Serviços	,664	,259	1,276	2,566	,014

a. Dependent Variable: Pareceres e Decisões

Quadro 18- Regressão múltipla de decisões e pareceres com os dados de população ativa e indústrias e serviços

Perante os valores apresentados podemos concluir que a variável população ativa não é significativa neste modelo. No entanto, as indústrias e serviços caracterizam-se como uma variável significativa, como podemos constatar.

Foram ensaiados modelos com outras combinações de variáveis, que não cabe aqui apresentar, mas que confirmaram, em termos gerais, as breves conclusões já referidas.

4.3 Análise SWOT do Sistema Informático do Regime Jurídico de Edificação e Urbanização (SIRJUE)

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Gestão de Recursos; ✓ Desmaterialização e simplificação das consultas às Entidades de Administração Central; ✓ Processos de licenciamento mais simples; ✓ Eficácia nos processos e sua rapidez; ✓ Tempo de resposta mais curto e eficiente às consultas promovidas pelos MRC; ✓ Conformidade dos procedimentos; ✓ Eficiência nas serviços de Administração; ✓ Parceria dos Municípios com uma única entidade. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ A relutância a adesão de todos os MRC ao SIRJUE; ✓ Plataforma não configurável e flexível; ✓ A impossibilidade de correcção de lacunas no sistema, o que origina morosidade ou invés de celebridade no processo; ✓ A Plataforma do SIRJUE não permite desenvolver estatísticas automáticas.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ✓ Operacionalização e funcionalidade da Plataforma mais eficiente; ✓ DGAL promove a divulgação do funcionamento do SIRJUE junto dos MRC; ✓ Criação de um módulo de estatística; ✓ Concepção de um manual de utilização do SIRJUE que fomente uma boa utilização do sistema. 	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Aversão à mudança por parte dos requerentes e MRC. ✓ Diminuição da celeridade devido à inflexibilidade do sistema informático.

Quadro 19- Análise SWOT do SIRJUE

Concluímos que o Sistema Informático do Regime Jurídico de Edificação e Urbanização (SIRJUE) trouxe inúmeras vantagens não só ao nível da Gestão de Recursos como na desmaterialização e simplificação das consultas às Entidades da Administração Central. Com a adesão a este Sistema Informático houve uma simplificação dos processos de licenciamento bem como uma maior eficácia e rapidez dos mesmos. O tempo de resposta dos processos é efectivamente mais rápido bem como a sua utilização.

Interligando e fazendo uma análise de todos os dados recolhidos e trabalhados, constatamos que a adesão foi notória com o tempo, uma vez que em 2008 obtivemos um total de 123 processos, 60 decisões e 123 entidades consultadas. Já em 2013 a discrepância de valores é muito evidente, com 1139 processos, 192 decisões e 1139 entidades consultadas. Evidenciámos os Municípios de Leiria, Coimbra e Covilhã, como que mais utilizam o SIRJUE, com um maior número de pareceres e decisões emitidos nos períodos analisados. Acrescentamos ainda que relativamente às Entidades Consultadas no período de 2008-2013, as Estradas de Portugal (EP) foi a entidade mais solicitada com 1265 consultas, seguindo-se da CCDRC com 694. No ano 2013 verificamos que se mantêm as mesmas entidades, Estradas de Portugal com 256 consultas e CCDRC com 141 consultas. Deste modo foi importante perceber a relação existente entre o número de pareceres e decisões e as variáveis explicativas do território.

Concluímos, no quadro de um exercício exploratório, que os Municípios com maior número de novas empresas, indústrias e serviços são os que realmente apresentam um número mais elevado de processos, tendo sido quantificada a forte relação destas variáveis.

CAPÍTULO 5 - BALANÇO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estágio realizado no CCDRC, foi sem dúvida uma mais valia pessoal, académica e profissional, uma vez que contribuiu para a aplicação na prática dos conhecimentos adquiridos e consolidados no Mestrado de Planeamento Regional e Urbano. Permitiu igualmente a obtenção de uma visão mais ampla e real do mercado de trabalho.

Foi um privilégio estagiar nesta Instituição (CCDRC), responsável por promover o desenvolvimento de toda a Região Centro, tendo no seu quadro excelentes profissionais da área que proporcionam maiores e melhores saberes e experiências nesta área de conhecimento.

Concluimos que os objectivos inicialmente definidos foram atingidos durante a realização deste estágio, uma vez que foram adquiridas competências profissionais na área de ordenamento do território e gestão e uso do solo, nomeadamente em operações urbanísticas, servidões e restrições e sua legislação condicionante. É de salientar também os conhecimentos adquiridos no que respeita às entidades que regulam o uso do solo, bem como a funcionalidade e eficácia do Sistema Informático do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (SIRJUE).

No que respeita ao SIRJUE verificámos com a análise realizada uma evolução crescente no período compreendido entre 2008 e 2013, ou seja um aumento notório do número de processos. Em 2008 obtivemos um total de 123 processos, 60 decisões e 123 entidades consultadas, já em 2013 a discrepância de valores é muito evidente, 1139 processos, 192 decisões e 1139 entidades consultadas. Esta evolução é justificada pela adesão constante e gradual por parte dos municípios ao SIRJUE, visto a sua utilização ser obrigatória conforme comunicação emitida pela DGAL.

Acrescentamos também, que determinados municípios tem um número mais elevado de processos que outros, não só devido ao seu aumento populacional como verificámos na nossa análise, mas também por questões de desenvolvimento económico, criação de novas empresas, indústrias e serviços como é o caso de Leiria e Covilhã.

BIBLIOGRAFIA

CAETANO, M. (1986) *Manual de Direito Administrativo*-vol II, Livraria Almedina Coimbra.

CARVALHO, J. (2003), *Formas Urbanas*. Minerva, Coimbra.

CARVALHO, J. (2003), *Ordenar a Cidade*. Quarteto, Coimbra

CCDRC-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (1981). *A Região Centro - Caracterização e Perspectivas de Desenvolvimento*. Coimbra: Ministério da Administração Interna.

CCDRC-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (2012) *Sistema Informático do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (SIRJUE)* - Região Centro- 2011, Coimbra, SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação/Principia.

CCDRC-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, DSOT/DG. (2011). “*Reserva Ecológica Nacional na Região Centro, Áreas solicitadas para Intervenção*” , Coimbra.

CCDRC-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (2007) *Programa Operacional da Região Centro 2007:2013*, em http://www.maiscentro.qren.pt/private/admin/ficheiros/uploads/1_PO%20Centro.pdf

CCDRC- CCDRC-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO (2010) *Plano de Atividades 2010, Coimbra*
https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman&Itemid=92&lang=pt

CCDRC-COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO,(2014). Seminário “*A Intervenção das Entidades Externas- Os Condicionamentos das Operações Urbanísticas em razão da Localização*”, Coimbra, 26 de Fevereiro

DGOTDU-DIREÇÃO GERAL DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO (2011)- “*Servidões e Restrições de Utilidade Publica*”(SRUP), Edição digital Setembro, em:

<http://195.23.12.210/ibt/pdf/servidoes/servidoes.pdf>

DUARTE, S. (2010) “*Relatório de Estágio realizado na C. C. D. R. Centro*” Mestrado de Administração e Gestão Pública, Universidade de Aveiro, Secção Autónoma de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas.

INE-INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (2011) - Anuário Estatístico da Região Centro. Lisboa.

MAFRA, F. e SILVA J. A. (2004)” *Planeamento e Gestão do Território*”. Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI) Porto, em http://www2.spi.pt/inovaut/docs/Manual_X.pdf

MOURÃO, P. (2007). “*O planeamento regional em Portugal e na comunidade europeia*” em *Revista Galega de Economía*. Vol. 16, no. 2. Acedido em: http://www.usc.es/econo/RGE/Vol16_2/Portugues/mourao.pdf

RJIGT-REGIME JURÍDICO DOS INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL (2015), aprovado pelo Decreto-Lei nº380/99 de 22 de Setembro, com alteração introduzida pelo decreto lei nº2/2011 de 6 de Janeiro.

RJUE-REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO (1999), aprovado pelo Decreto-Lei nº555/99, de 16 de Dezembro, com alteração introduzida pela lei nº 60/2007, de 4 de Setembro e a sua redacção actual dada pelo Decreto-Lei nº26/2010, de 30 de Março.

Fonte imagens:

CCDRC- COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO, site institucional <https://www.ccdrc.pt/>

SIRJUE- SISTEMA INFORMÁTICO DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO, site institucional <https://servicos.portautarquico.pt/Enterprise/>

PORDATA- Base de dados Portugal Contemporâneo site institucional <http://www.pordata.pt/>

ANEXOS

Anexo I

Atividades	Âmbito legal da consulta	Prazo legal	Taxa
1. Parecer prévio de localização sobre a pesquisa/exploração de massas minerais – pedreiras ⁽¹⁾	Artigo 9.º do DL 270/2001, de 6/10, alterado pelo DL 340/2007, de 12/10	30 dias	*
2. Ações em áreas integradas na REN ⁽²⁾			
2.1. Apreciação de pedidos de autorização			
a) Enviados pelo município	Artigo 13.º-A do DL 26/2010, de 30/3 (RJUE)	20 dias	**
b) Enviados pelo requerente ou outras entidades (DGGE, DR de Economia do Centro, etc)	Artigo 23.º DL 166/2008, de 22/8 (RJREN)	25 dias	**
2.2. Apreciação de comunicações prévias			
a) Enviadas pelo município	Artigo 13.º-A do RJUE	20 dias	**
b) Enviadas pelo requerente ou outras entidades (DGEG, DR de Economia do Centro, etc)	Artigo 22.º do RJREN	25 dias	**
2.3. Relevante Interesse Público (RIP) ⁽³⁾	Artigo 21.º do RJREN	Não definido	
3. Escolha de terrenos para a instalação de cemitérios ou ampliação dos existentes ⁽⁴⁾	Artigo 1.º do Decreto 44220, de 1962.03.03, na redação do DL 168/2006, de 16/8	30 dias	***
4. Apreciação de assuntos relacionados com operações urbanísticas, no âmbito de medidas preventivas que se encontrem legalmente estabelecidas face à suspensão parcial ou total de um PMOT ⁽⁵⁾	Resolução de Conselho Ministros que suspende o PMOT e Artigo 13.º-A do RJUE	20 dias	***
5. Apreciação prévia de obras relativas a edificações que se localizem em Zonas de Proteção de Edifício Público ⁽⁶⁾	DL 173/2006, de 24/8; 108/94, de 23/4 e 40388, de 21/11/1955	Não definido	
6. Apreciação de pedidos de desafetação de áreas submetidas ao regime florestal ⁽⁷⁾	Despacho Conjunto, de 15/2/91 (DR II Série, de 6 de Março)	30 dias	***
7. Apoio técnico a autarquias ⁽⁶⁾	Despacho 16709/2007, de 31/7 (DR 2.ª Série, n.º 146) e N.º III-2 da Portaria 314/2010, de 14/6	30 dias	***
8. Decisão global sobre as consultas feitas às entidades da administração central, em razão da localização ⁽⁵⁾	Artigo 13.º-A do RJUE	5 dias	

Atividades	Âmbito legal da consulta	Prazo legal	Taxa
9. Outros pareceres sobre o uso, ocupação e transformação do solo ao abrigo de legislação específica ⁽⁸⁾	N.ºs 4 e 5 do artigo 2.º do DL 232/90, de 16/7, alterado pelo DL 7/2000, de 3/2	30 dias	***
10. Participação em grupos de trabalho, entidades e comissões – Pedidos de adaptação de explorações de massas minerais (pedreiras) não tituladas por licença – Pedidos de regularização de estabelecimentos industriais – Pedidos de regularização de explorações pecuárias – Pedidos de parecer sobre utilizações não agrícolas de solo integrado em áreas de RAN ; – Representante da CCDRC na COMAC para decisão sobre pedidos de autorização de instalação de estabelecimentos e conjuntos comerciais	Artigo 5.º do DL 270/2001, de 6/10, alterado pelo DL 340/2007, de 12/10 Artigos 69.º a 73.º do DL 209/2008, de 29/10 Artigos 69.º a 72.º do DL 214/2008, de 10/11 Artigo 23.º do DL 73/2009, de 31/3 Artigos 11.º a 14.º, 16.º e 17.º do DL 21/2009, de 19/01		
11. Contributos internos para outras unidades orgânicas da CCDRC na área da gestão territorial – Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) – Avaliação de Incidências Ambientais (AIncA) – Operações de Gestão de Resíduos – Planos de Gestão de Lamas	DL 69/2000, de 3/5, alterado pelo DL 197/2005, de 8/11 Artigos 28.º e 32.º do DL 178/2006, de 5/9, alterado pelo DL 73/2011, de 17/6 N.º 1 do artigo 16.º do DL 276/2009, de 2/10		
12. Parecer de localização sobre operações de deposição de resíduos em aterro ⁽¹⁾	N.º 1 do artigo 16.º do DL 183/2009, de 10 de Agosto	30 dias	***
13. Pedidos de viabilidade da localização de unidades de gestão de resíduos ⁽¹⁾	N.º III – 3.3 da Portaria 314/2010, de 14/6	30 dias	***
14. Parecer sobre Planos de Gestão Florestal ⁽⁷⁾	N.º 2 do artigo 21.º do DL 16/2009, de 14 de Janeiro	15 dias	***
15. Programa Nacional de Barragens de Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH) ⁽¹⁾	N.º 2 do artigo 7.º do DL 301/2009, de 21/10		

Quadro 20- Ações que carecem de parecer, aprovação, autorização e comunicação prévia, da CCDRC

ANEXO II



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro

Ex.mo Senhor ⁽¹⁾
Presidente da Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do Centro

Assunto: Comunicação prévia no âmbito do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (RJREN)

NOTA: Caso a pretensão se refira a ações de arborização ou rearborização, é necessário que V. Ex.ª comece por formular um pedido de arborização ou rearborização junto do ICNF, nos termos constantes do portal daquela entidade, onde se encontra toda a informação necessária para a submissão destes processos, e que pode ser consultada a partir de <http://www.icnf.pt/portal/florestas/arboriz>.

Nestas situações, o pedido comunicação prévia no âmbito do Regime Jurídico da REN deve ser instruído com o resultado da consulta efetuada ao ICNF.

Comunicante: _____, contribuinte fiscal n.º _____, residente/com sede _____, código postal ____-____
telefone/telemóvel _____, email⁽²⁾ _____
vem apresentar a V. Ex.ª, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 2 do artigo 22.º do RJREN, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 239/2012, de 2 de novembro, a comunicação prévia a que se refere a subalínea i) da alínea b) do n.º 3 do artigo 20.º do citado RJREN em relação à pretensão a seguir identificada:

Designação da ação: _____
no terreno com o artigo matricial n.º _____, com a indicação das coordenadas geográficas dos vértices das intervenções pretendidas, e localizada em _____, freguesia de _____, concelho de _____.

Para o efeito vem instruir o processo, de acordo com o Anexo III da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro, juntando dois exemplares em suporte de papel e outro em suporte digital⁽³⁾, contendo os elementos constantes do documento anexo.

_____, de _____ de 201...
O comunicante

⁽¹⁾ O pedido deverá dar entrada na Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, quando a pretensão se localize no distrito de Coimbra, ou na Divisão Sub-Regional situada na capital do distrito, quando a pretensão se localize em concelho pertencente a esse distrito.

Importante: As consultas sobre operações urbanísticas sujeitas aos procedimentos de controlo prévio, incluindo as informações prévias, previstas no Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, a efectuar pelas Câmaras Municipais, a esta CCDR, no âmbito do RJREN, deverão ser feitas através do Sistema Informático do RJUE (SIRJUE), conforme estabelecido no artigo 2.º da Portaria n.º 216-A/2008, de 3 de Março.

⁽²⁾ A preencher para a eventualidade da correspondência ser enviada por email.

⁽³⁾ O exemplar em suporte digital deverá apresentar as peças escritas e desenhadas nos formatos DOC e DWF, respectivamente. Os restantes elementos/documentos deverão ser apresentados no formato PDF ou outro.



Rua Bernardino Ribeiro, 80 • 3000-059 Coimbra • Portugal
Tel: 239 400 100 • Fax: 239 400 115 - geral@ccdr.pt - www.ccdr.pt
Linha de Atendimento ao Cidadão - Tel: 800 202 777 - cidadao@ccdr.pt

Modelo CCDRC/DSOT/DGT 2/2013

Figura 10- Modelo de Requerimento de comunicação prévia CCDRC/DSOT/DGT
Fonte: site CCDRC

Tomo conhecimento das seguintes informações:

1. Nos termos da Portaria n.º 1247/2008, de 4 de Novembro, o presente pedido encontra-se sujeito ao prévio pagamento de taxa, com a possibilidade do mesmo ser feito da seguinte forma:
 - a) Quando há emissão prévia de guia de pagamento, por:
 - Multibanco (preferencialmente);
 - Cheque à ordem de Instituto de Gestão do Crédito Público (IGCP) ou Vale Correio à ordem da CCDRC, enviados por correio para a sede desta CCDR;
 - Numerário ou cheque na Tesouraria da CCDRC.
 - b) Quando não há emissão prévia de guia de pagamento, por transferência bancária, para esta CCDR, para o NIB 078101120000000779854, sempre que possível com a referência “REN”;
2. O valor das taxas encontra-se igualmente disponível no Portal da CCDRC (www.ccdrc.pt), em Ordenamento/Gestão Territorial.
3. Os prazos previstos no n.º 6 do artigo 22.º do RJREN têm início apenas após a apresentação na CCDRC do processo devidamente instruído, incluindo o comprovativo do pagamento da Taxa.

Elementos instrutórios nos procedimentos de comunicação prévia

- Anexo III da Portaria n.º 419/2012, de 20 de dezembro -

Memória descritiva e justificativa da qual conste a:

- i) Identificação do comunicante;..... ☐
- ii) Descrição da situação existente e da atividade desenvolvida, bem como indicação das edificações existentes e propostas, quando aplicável;..... ☐
- iii) Descrição do uso ou ação, incluindo o seu destino, a sua necessidade e as suas condições de instalação e funcionamento;..... ☐
- iv) Quantificação da superfície total de REN afetada pelo uso ou ação, expressa em m² ou em hectares;..... ☐
- v) Demonstração da não afetação significativa da estabilidade ou do equilíbrio ecológico do sistema biofísico e dos valores naturais em presença;..... ☐
- vi) Demonstração do cumprimento dos requisitos respetivamente aplicáveis a cada um dos usos ou ações, definidos na presente portaria;..... ☐
- vii) Planta de localização à escala de 1:25000;..... ☐
- viii) Delimitação do terreno ou parcela e localização exata da ação no interior do mesmo, nomeadamente em planta a escala adequada (1:10000, 1:5000, 1:2000 ou 1:1000) e/ou através da indicação das respetivas coordenadas geográficas;..... ☐
- ix) Outros elementos tidos como relevantes pelo comunicante para a instrução do seu pedido. ☐

ANEXO III

CÓDIGO	CONCELHO
ABL	Albergaria-a-Velha
AGB	Aguiar da Beira
AGD	Águeda
AGN	Arganil
ALD	Almeida
AND	Anadia
ANS	Ansião
AVR	Aveiro
AVZ	Alvaiázere
BMT	Belmonte
BTL	Batalha
CBR	Coimbra
CLB	Celorico da Beira
CDN	Condeixa-a-Nova
CDR	Castro Daire
CNT	Cantanhede
CPR	Castanheira de Pêra
CRS	Carregal do Sal
CTB	Castelo Branco
CVL	Covilhã
ETR	Estarreja
FAG	Fornos de Algodres
FCR	Figueira de Castelo Rodrigo
FIG	Figueira da Foz
FND	Fundão
FVN	Figueiró dos Vinhos
GOI	Góis
GRD	Guarda
GVA	Gouveia
IDN	Idanha-a-Nova
ILH	Ílhavo
LRA	Leiria
LSA	Lousã
MAC	Mação
MDA	Meda
MGL	Mangualde
MGR	Marinha Grande

MLD	Mealhada
MTG	Manteigas
MCV	Miranda do Corvo
MIR	Mira
MMV	Montemor-o-Velho
MRS	Murtosa
MRT	Mortágua
NLS	Nelas
OBR	Oliveira do Bairro
OFR	Oliveira de Frades
OHP	Oliveira do Hospital
OLR	Oleiros
OVR	Ovar
PBL	Pombal
PCV	Penalva do Castelo
PGR	Pedrogão Grande
PMS	Porto de Mós
PNC	Penamacor
PNF/PCV	Penacova
PNH	Pinhel
PNL	Penela
PNV	Proença-a-Nova
PPS	Pampilhosa da Serra
PRS	Vila Nova de Paiva
SAT	Sátão
SBG	Sabugal
SCD	Santa Comba Dão
SEI	Seia
SRE	Soure
SPS	São Pedro do Sul
SRT	Sertão
SVV	Sever do Vouga
TBU	Tábua
TCS	Trancoso
TND	Tondela
VGS	Vagos
VIS	Viseu

VLR	Vila de Rei
VPA	Vila Nova de Poiares
VVR	Vila Velha de Ródão
VZL	Vouzela

Quadro 21- Códigos Concelhos